

# Justiça Fiscal

Ano 6/Número 20/julho 2014

**SINPROFAZ apresenta  
proposta para racionalização  
da execução fiscal**

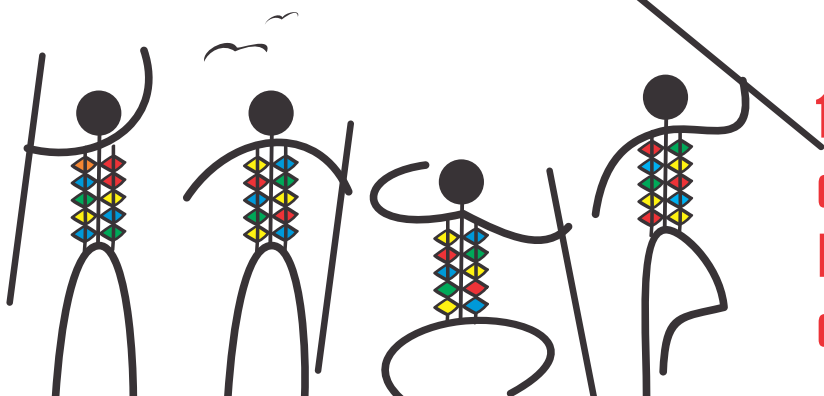
## Entrevista

Presidente do TCU destaca  
importância da boa governança  
para a modernização do Brasil

## Amigos da Advocacia Pública Federal

Conheça alguns dos  
parlamentares  
que apoiam as causas  
da Carreira

**Tribo Unida. Carreira Forte.**



**14.º Encontro Nacional  
dos Procuradores da Fazenda  
Nacional será de 27 a 30  
de novembro, em Florianópolis, SC**



# PEC 82

PELO FORTALECIMENTO  
DA GESTÃO PÚBLICA

**EU VOTO SIM**



**MOVIMENTO NACIONAL  
PELA ADVOCACIA PÚBLICA**

Autonomia para defender o que é do povo brasileiro

# Sumário

3	Editorial
4	Sindicato organiza o 14.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional
8	Proposta do SINPROFAZ para a racionalização da execução fiscal
10	Honorários no Novo CPC – Mobilização continua forte junto aos senadores
13	Entrevista – João Augusto Ribeiro Nardes, presidente do TCU, fala sobre a contribuição que o órgão pode dar ao desenvolvimento do Brasil
18	Quanto Custa o Brasil pra Você? – Campanha é divulgada em importantes eventos por todo o País
24	Opinião – Uma pitada de otimismo e muito do que fazer pela Carreira está em nossas mãos – Por Mário Augusto Carboni
26	SINPROFAZ nas bases – PFNs de Brasília, Salvador, Campos e Macaé (RJ) e Mogi das Cruzes (SP) receberam a vista do Sindicato
29	Centro de Estudos – O Projeto do Novo Código de Processo Civil, os desafios da litigiosidade de massa e a atuação da União em matéria tributária – Por Luís Alberto Reichelt
35	Heráclio Camargo – A PEC da Probidade e do Fortalecimento da Gestão Pública
37	Jurídico – Nova metodologia de trabalho traz maior proximidade com os filiados
39	Campanha salarial – Servidores pressionam governo pela abertura de negociação
42	Amigos da Advocacia Pública – SINPROFAZ homenageia mais parlamentares comprometidos com as causas da Carreira
45	Política/Opinião – O sindicalismo deve participar do processo eleitoral? Por Antônio Augusto de Queiroz
46	PGFN em Números – Coordenador Luiz Fernando Jucá Filho ressalta a importância desse serviço para a Procuradoria e a sociedade



## Diretoria do SINPROFAZ – Biênio 2013/2015

### **Presidente**

Heráclio Mendes de Camargo Neto

### **Vice-Presidente**

Liciane Tenório Cavalcante

### **Diretor Secretário**

José Ernane de Souza Brito

### **Diretor Administrativo**

Achilles Linhares de Campos Frias

### **Diretora Jurídica**

Maria Regina Dantas de Alcântara

### **Diretora de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos**

Regina Tamami Hirose

### **Diretor de Relações Intersindicais**

João Paulo Cordeiro Cavalcanti

### **Diretor Cultural e de Eventos**

José Marcos Quintella

### **Diretor de Assuntos Relativos aos Aposentados**

José Vilaço da Silva

### **Diretor de Assuntos Parlamentares**

Marcos Antonio de Freitas Costa

### **Diretor de Comunicação Social**

Valter Ventura Vasconcelos Neto

### **Diretora Suplente**

Chrissie Rodrigues Knabben Gameiro Vivancos

### **Diretora Suplente**

Helena Marques Junqueira

### **Diretora Suplente**

Thaísa Juliana Sousa Ribeiro

### **Diretor Suplente**

Amersson Teixeira de Carvalho

SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional  
SCN – Quadra 06 – Ed. Venâncio 3000 – Salas 403, 415 e 416 – CEP 70716-900 – Brasília-DF  
Telefax: (61) 3964 1218  
E-mails: [sinprofaz@sinprofaz.org.br](mailto:sinprofaz@sinprofaz.org.br) [infosind@solar.com.br](mailto:infosind@solar.com.br)

REVISTA JUSTIÇA FISCAL – Ano 6, n.º 20, julho/2014

ISSN 2317-3750

Diretor de Redação: Heráclio Mendes de Camargo Neto

Editora e Jornalista Responsável: Lécia Viana (RP 2715/DF)

Reportagem: Paulo Passos (RP 2059/DF)

Projeto Gráfico: Fernanda Medeiros da Costa Tel.: (61) 8280-7272

Fotos: Eurípedes Teixeira e arquivo SINPROFAZ

Tiragem: 10 mil exemplares



Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não constituem necessariamente a linha editorial da revista.

# A Política é o caminho para avançar nossas causas na Democracia!

**N**esta edição da Revista Justiça Fiscal (RJF), o SINPROFAZ divulga o nome de alguns dos amigos das causas do SINPROFAZ que têm compromisso com as importantes questões de Estado referentes à Advocacia Pública do Brasil. A lista não é exauriente, mas indica que a Política é o caminho na democracia para o avanço de nossos pleitos. O Congresso Nacional possui muitos políticos valorosos e comprometidos com as grandes causas do Estado brasileiro.

Quem tenta minimizar a importância da Política e do Congresso Nacional faz o jogo dos covardes corruptos, que tentam perpetuar nosso país na condição subjugada de eterna promessa vindoura.

Mas o nosso tempo é agora!

Também, a Diretoria do SINPROFAZ apresenta o inteiro teor das propostas que oficiou ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselheiro do CNJ, Rubens Curado Silveira, e ao Deputado Federal Paulo Teixeira para a racionalização da execução fiscal. O documento abrange um conjunto de iniciativas que, somadas, tendem a imprimir celeridade ao infundável processo de execução fiscal, sem descuidar das necessárias garantias à parte executada.

A RJF traz reportagens sobre a atuação do SINPROFAZ na questão dos Honorários, da Autonomia insculpida na excelente PEC 82, a PEC DA PROIBIDADE e do FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA!

As condições de trabalho vexatórias a que estão submetidos os Procuradores da Fazenda Nacional são objeto de reportagem, notadamente em relação às visitas da Diretoria do SINPROFAZ às projeções da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A atuação do SINPROFAZ em relação às ações judiciais merece destaque e o trabalho de responsabilidade social e fortalecimento da Carreira, através da Campanha da Justiça Fiscal com o “Sonegômetro” e o “Quanto Custa o Brasil” do SINPROFAZ, também merece a leitura de todos!

Nesse sentido, o “Sonegômetro”, criação e realização do SINPROFAZ, não constitui um fim em si mesmo. Ao contrário, tem o condão de chamar a atenção dos contribuintes para a importância da estruturação da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional e da conscientização da cidadania sobre o sistema tributário caro, porque complexo, e injusto, pois regressivo, uma vez que onera violentamente a classe média, os mais pobres e os empreendedores que prezam a livre concorrência e o crescimento econômico sustentável para o Brasil.

A “PGFN em Números” merece destaque, a fim de pôr termo aos argumentos falaciosos e covardes de que não há dinheiro para o preenchimento dos 300 (Trezentos) cargos vagos de Procurador da Fazenda Nacional e para a estruturação de uma carreira de apoio efetiva na PGFN.

Qualquer criança de 12 anos percebe que sonegar recursos para a estruturação de um órgão como a PGFN, que enseja enorme retorno de recursos financeiros para os cofres públicos, constitui-se em gestão temerária e inconsequente da Coisa Pública.

Artigos e entrevistas complementam a nossa Revista!

Boa leitura!

Heráclio Mendes de Camargo Neto  
Presidente do SINPROFAZ

# SINPROFAZ convida PFNs para o grande evento anual da Carreira

A 14.ª edição do Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional será realizada entre os dias 27 e 30 de novembro e terá como temática central: “Estruturação da PGFN para a eficiência no combate à sonegação e à corrupção”

Como sempre acontece, o 14.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional deverá reunir palestrantes e debatedores de notório saber nas áreas tributária, fiscal e da Advocacia Pública, membros da Carreira, constitucionalistas e lideranças nacionais das três esferas de poder. A programação completa do evento – que este ano acontecerá no Costão do Santinho Turismo e Lazer, na cidade de Florianópolis, SC – será divulgada em breve. Veja a seguir um breve histórico dos Encontros, promovidos ininterruptamente desde 2001.

## Tradição que fortalece os laços de união da Carreira

A primeira edição do Encontro Nacional foi realizada em 2001, sob a gestão do PFN Paulo César Negrão. Desde então, o SINPROFAZ empenha-se em promover anualmente o evento em que se evidencia uma programação técnica de alta relevância. A cada Encontro, são abordados temas que associam questões de interesse da Carreira, da União e da Fazenda Nacional, sempre tendo por finalidade a proteção do patrimônio público, o combate à sonegação e o bem-estar da sociedade brasileira.

Os 13 Encontros Nacionais anteriores ocorreram nos seguintes locais: Porto Real Resort, Angra dos Reis (RJ), em 2001; Costa do Sauípe Marriott Resort (BA), em 2002; Hotel Costão do Santinho, em Florianópolis (SC), em 2003; Blue Tree Park de Cabo de Santo Agostinho (PE), em 2004; Hotel Transamérica Ilha de Comandantuba (BA), em 2005; Hotel Mediterranée, em Itaparica (BA), em 2006; Enotel Resort de Porto de Galinhas (PE) em 2007; Resort Salinas de Maragogi (AL), em 2008; Iberostar Praia do Forte (BA), em 2009; Breezes Búzios (RJ), em 2010, Vila Galé Cumbuco (CE), em 2011; Vila Galé Praia do Forte



1.º Encontro Nacional dos PFNs, Angra dos Reis, em 2001



Em 2004, o Encontro foi realizado no Blue Tree Park de Cabo de Santo Agostinho, PE

(BA), em 2012; e Enotel Resort de Porto de Galinhas (PE), em 2013.

Neste breve histórico, vale destacar a presença, em 2004, do então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, que proferiu palestra sobre Justiça Fiscal. Em 2005, foi registrada a participação do ministro Edson Vidigal, então presidente do Superior Tribunal de Justiça. No Encontro de 2007, os PFNs receberam o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça. Em 2008, estiveram presentes o ministro de Estado José Antônio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União à época, e o deputado federal Paulo Rubem Santiago.

No encontro promovido em 2009, contamos com a presença do ministro de Estado Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de Carvalho; e do presidente do TRF da 5.ª Região, desembargador Luiz Alberto Gurgel de Faria.

Parlamentares que apoiam permanentemente as causas da Advocacia Pública também têm marcado presença nos Encontros Nacionais, a exemplo dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE) e dos deputados federais Fábio Trad (PMDB-MS) e Paulo Teixeira (PT-SP).

### Homenagem

Na pessoa do PFN Ronaldo Antonio Araújo Prado, sempre presente com muito entusiasmo nos Encontros Nacionais, o SINPROFAZ homenageia todos os Colegas que, ao longo desses anos, têm contribuído para a consolidação do grande evento anual da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional.



O 7.º Encontro também foi realizado em Pernambuco, no Enotel Resort de Porto de Galinhas



Alagoas foi o estado escolhido para sediar o 8.º Encontro Nacional



O evento voltou ao estado de Pernambuco em 2013, novamente com grande êxito

Sou Procurador da Fazenda Nacional do Concurso de 2003 e, desde então, com exceção de 2012, participei de todos os Encontros Nacionais da Carreira promovidos pelo SINPROFAZ.

Considero o evento uma oportunidade ímpar de interação, congratamento e troca de experiências entre os Colegas de todo o Brasil.

Em um clima bastante descontraído e animado, com programações artísticas, culturais, esportivas, além de boa degustação, temos a oportunidade de ouvir palestras de alto nível e discutir temas de interesse da Carreira, num ambiente de crescimento e amadurecimento pessoal, onde todos reencontram a sua identidade institucional e refletem sobre os desafios da Carreira.

Convoco, pois, todos os Colegas que ainda não participaram e os que já participaram desse evento maravilhoso para que reservem em sua agenda esse compromisso e venham desfrutar de três dias de grandes convívios, debates e divertimento no 14.º Encontro Nacional. ■

Ronaldo Antonio Araújo Prado  
(PFN/RN)



## Experiência positiva, apesar de muita tensão e esforço

Os desafios envolvidos na organização de um evento como o Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional sem dúvida são muitos e diversos. Se fôssemos perguntar a cada um dos presidentes do SINPROFAZ que

abraçaram essa tarefa, certamente todos concordariam e relatariam suas próprias experiências e impressões. Como não foi possível o contato com todos os nossos ex-presidentes, reproduzimos o breve depoimento de Anderson Bitencourt, que organizou os Encontros de 2009, na Praia do Forte, BA, e de 2010, em Búzios, RJ. Depois de relatar como foi resolvida uma situação inesperada no hotel de Búzios – foi preciso, de última hora, comprar centenas de guarda-chuvas em São Paulo, pois havia a possibilidade de chuva naquele fim de semana e não existia cobertura entre os quartos e o salão de eventos –, o ex-presidente acrescenta:

Outro aspecto que merece ser destacado é que, para a formação dos painéis de discussão e palestras nos dois



eventos que organizei, sempre procurei valorizar e dar destaque à “prata da Casa”, razão pela qual procurei convidar como palestrantes, preferencialmente, Colegas integrantes da carreira de PFN com atuação destacada no meio acadêmico, do que me orgulho.

De todo modo, organizar eventos dessa envergadura é, sem dúvida, um grande desafio, principalmente para quem, como eu, nunca organizara nem festinha de criança no condomínio, até então. Mas, apesar do enorme esforço despendido para tudo dar certo, da grande tensão com os preparativos, a logística e a organização de um evento de porte como o é o Encontro Nacional dos PFNs, e de todos os (muitos) aborrecimentos, foi uma experiência positiva, com toda a certeza.





# EDITAL

## 14.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

1. Procedimento para a realização da inscrição
2. Política de concessão de SUBSÍDIOS
3. Pacotes – Valores – Benefícios
4. Forma de pagamento

Local: Costão do Santinho Turismo e Lazer, Florianópolis, SC

Data: 27 a 30 de novembro de 2014

Programação: (a composição dos painéis de palestras será divulgada oportunamente)

### 1. Procedimento para a realização da inscrição

1.1 A inscrição no evento será realizada perante o próprio Hotel Costão do Santinho Turismo e Lazer, pelo telefone 0800 48 1000, informando estar aderindo ao pacote do 14.º Encontro do SINPROFAZ. Não haverá agência de turismo intermediando a inscrição.

1.2 O parcelamento dos pacotes será de responsabilidade do próprio Hotel, bem como o controle das reservas.

1.3 A parte aérea deverá ser providenciada pelo próprio associado.

1.4 O transporte entre o aeroporto e o hotel poderá ser contratado pelo associado diretamente com o hotel (R\$ 113,00 ida e volta) ou com a empresa Fontanella (R\$ 70,00 ida e volta, telefone 48 3261.1980). A empresa Fontanella também disponibiliza serviço de transfer com carro executivo (R\$ 140,00 cada trajeto).

### 2. Política de concessão de SUBSÍDIOS

2.1 Tal como ocorre desde a edição do I Encontro Nacional, o SINPROFAZ concederá subsídios a um número restrito de Procuradores.

2.2 Serão concedidos 200 SUBSÍDIOS, no valor unitário de R \$ 770,00, unicamente a Procuradores da Fazenda Nacional filiados ao SINPROFAZ há, pelo menos, 6 (SEIS) MESES na data do evento (com os devidos recolhimentos mensais), considerada a ordem cronológica de aquisição dos pacotes.

2.3 O subsídio NÃO é extensivo a acompanhante.

2.3 O SUBSÍDIO será depositado em conta corrente, após a realização do evento, em dezembro de 2014, SOMENTE para os Procuradores da Fazenda Nacional que comparecerem a TODAS as palestras, mediante respectivas assinaturas em documento próprio. O número da conta corrente será cadastrado durante o Evento. Não é preciso enviá-lo com antecedência.

2.4 Os Procuradores da Fazenda Nacional de número 201 e seguintes poderão participar do XIV Encontro

Nacional, caso existam vagas no Hotel. Contudo, NÃO farão jus ao subsídio, conforme item 2.2 acima, salvo se forem ofertados mais subsídios ulteriormente.

### 3. Pacotes – Valores – Benefícios

3.1 Os valores das diárias estão descritos na tabela abaixo.

3.2 O regime de pensão do Costão do Santinho Turismo e Lazer é Vip inclusive.

3.3 O pacote NÃO inclui traslado Aeroporto/ Costão do Santinho Turismo e Lazer/Aeroporto, que será pago à parte, individualmente, de acordo com o item 1.4 acima.

3.4 O horário de CHECK-IN é 15h e o de CHECK-OUT 11h, de modo que o apartamento do resort poderá ser ocupado a partir das 15h do dia 27 de novembro e terá que ser desocupado às 11h do dia 30 novembro de 2014.

3.6 NÃO há possibilidade de reservas para aquisição posterior de pacotes.

### 4. Formas de pagamento:

4.1 A reserva somente será considerada confirmada depois de recebidos os documentos e o pagamento por parte do Costão do Santinho Turismo e Lazer.

4.2 O pagamento da hospedagem poderá ser parcelado em até 10 vezes sem juros no cartão de crédito.

TABELA DE PREÇOS DOS PACOTES PARA COMERCIALIZAÇÃO DAS 3 (TRÊS) DIÁRIAS DO COSTÃO DO SANTINHO, DE 27 A 30 DE NOVEMBRO:

Unidade Habitacional	Valor
SINGLE	R\$ 1.630,46
DUPLO POR PESSOA com taxas inclusas	R\$ 1.163,94
TRIPLO POR PESSOA com taxas inclusas	R\$ 1.163,94
QUÁDRUPLO POR PESSOA com taxas inclusas	R\$ 1.163,94

Para crianças com idade de 4 (quatro) a 11 (onze) anos, cama extra de R\$ 50,00 por dia.

Quaisquer eventuais situações lacunosas serão decididas pela Diretoria do SINPROFAZ, de acordo com a disponibilidade dos prestadores de serviços e do orçamento do Sindicato.

DIRETORIA DO SINPROFAZ

# Proposta do SINPROFAZ para a racionalização da execução fiscal

A proposta do SINPROFAZ para a racionalização da execução fiscal abrange um conjunto de iniciativas que, somadas, tendem a imprimir celeridade ao infundável processo de execução, sem descuidar das necessárias garantias à parte executada.

A proposta é dividida em três etapas interdependentes:

1. Tratamento do passivo de 29 milhões de processos de execução fiscal em trâmite, situação agravada pela crescente taxa de congestionamento do Poder Judiciário.

2. Solução a ser conferida às execuções fiscais extintas sem julgamento de mérito.

3. Racionalização da Lei de Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/80), propriamente dita.

## 1. Tratamento do passivo de 29 milhões de processos de execução fiscal em trâmite, situação agravada pela crescente taxa de congestionamento do Poder Judiciário

A diminuição dos processos em curso é medida de urgência que projetará efeitos tanto no descongestionamento do Poder Judiciário quanto no aprimoramento do trabalho realizado pelos representantes judiciais das Fazendas Públicas. Duplamente necessário, portanto, que o número de processos em curso seja diminuído drasticamente.

Com o objetivo de evitar o ajuizamento de execuções de valores antieconômicos, basta fixar um valor determinado como condição de procedibilidade. O montante mínimo para a execução fiscal poderá corresponder a um múltiplo do valor do custo do processo, número a ser anualmente divulgado após cálculos

do IPEA ou outro instituto idôneo.

Importante sublinhar que a União Federal já utiliza estudo semelhante para justificar o não ajuizamento de ações de valor abaixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A adoção do corte por valor será suficiente para diminuir consideravelmente o ingresso de novas execuções fiscais no Poder Judiciário, e assim resolver gradativamente o problema da taxa de congestionamento, no momento crescente.

O mesmo valor de corte deve ser utilizado para as execuções fiscais em curso, aqui divididas em duas classes. As primeiras, destituídas de garantia, devem ser extintas sem julgamento de mérito, com as CDAs correspondentes automaticamente levadas a protesto. Protege-se aqui o bom pagador, evita-se a cultura do inadimplemento e, ao mesmo tempo, contribui-se para o desafogamento do Poder Judiciário.

Quanto às execuções fiscais abaixo do mínimo de corte, porém garantidas por penhora, e, desde que não embargadas, sua extinção sem julgamento de mérito deve ser precedida de leilão e intimação da Fazenda exequente para que se manifeste sobre o eventual interesse em adjudicar o bem. No caso de leilão negativo e desinteresse na adjudicação, parte-se para o mesmo caminho proposto em relação às execuções não garantidas, vale dizer, extinção sem julgamento de mérito e protesto automático da Certidão de Dívida Ativa (CDA).

## 2. Solução a ser conferida às execuções fiscais extintas sem julgamento de mérito

O acolhimento da proposta de valor de corte como condição de

procedibilidade implicará a extinção maciça de milhões de execuções fiscais municipais e estaduais decorrentes da falta de pagamento de multas administrativas, IPVA, IPTU e outras.

A certeza de que dívidas "pequenas" não seriam executadas contribuiria para a cultura do inadimplemento e, certamente, o pagamento espontâneo de tributos como o IPTU e IPVA seria seriamente afetado, com consequências nefastas para os cofres estaduais e municipais, sobretudo.

O protesto da CDA não executada lembra a figura de um leão sem dentes: assusta, mas não causa grande mal. Daí a necessidade de que a extinção sem julgamento de mérito proposta no item 1 não se esgote com o protesto da dívida excluída do tratamento judicial.

Após o protesto, e esgotado prazo a ser definido por Lei, as CDAs decorrentes de tributos incidentes sobre propriedades, como é o caso do IPVA, do ITR e do IPTU, justificarão a penhora administrativa da propriedade que originou o tributo inadimplido.

A penhora administrativa da propriedade que gerou o tributo não executado caracteriza ato administrativo cujos contornos serão estipulados em lei específica, e pode ser efetuada pela própria autoridade fazendária com um simples ofício analógico ou digital ao DETRAN ou ao cartório responsável pelo registro do imóvel.

Formalizada a penhora, os embargos serão submetidos ao poder responsável por dizer o direito, o que garante imparcialidade e devido processo legal ao cidadão executado (a agilidade e eficácia da execução são consequências

da penhora administrativa).

O protesto da CDA não ajuizada, secundada pela penhora administrativa da propriedade geradora do tributo não pago, tende a garantir às fazendas públicas, se tomadas em conjunto, o ingresso de recursos de que seriam alijadas se o corte por valor viesse desacompanhado de medidas de estímulo ao pagamento espontâneo de tributos.

Sobre a penhora administrativa, o SINPROFAZ apoia e chama atenção para o Projeto de Lei do Senado n.º 010/2005, de autoria do senador Pedro Simon e inspirado nos estudos defendidos há décadas pelo saudoso jurista Leon Fredja Szklarowsky. Importante ressaltar que o mencionado projeto de penhora administrativa n.º 10/2005 em nada se assemelha ao PL n.º 5.080/09 patrocinado pelo Advogado-Geral da União e repudiado pelos Procuradores da Fazenda Nacional.

### 3. Racionalização da Lei de Execução Fiscal (LEF) propriamente dita

O primeiro passo para definir as alterações a serem propostas na LEF é identificar os principais gargalos a dificultar o curso da execução fiscal.

O primeiro e mais gritante gargalo é a citação. Muito comuns os casos em que são necessários mais de cinco anos até o deferimento da citação por edital, com graves consequências em relação à responsabilização dos gerentes e sócios, além do esperado esvaziamento patrimonial.

O problema da citação resolve-se com alteração legislativa para que seja estabelecido que o executado é considerado citado (presunção relativa) com o envio de carta registrada ao endereço declarado ao Fisco, tendo em vista a obrigação tributária acessória de manter atualizado o seu cadastro na Receita Federal do Brasil. Já há proposta neste sentido enviada ao Congresso Nacional pela PGFN em 2009.

O segundo gargalo é a penhora, a busca de bens a serem executados. A questão seria sensivelmente melhora-

da se o artigo 7.º da LEF fosse esgotado de maneira automática pelo juízo de execução, providência já realizada em muitas varas trabalhistas. Desta forma, o processo de execução só seria encaminhado à exequente após a tentativa de penhora por meio dos sistemas informatizados disponibilizados ao juízo, como o BACEN-JUD, a penhora eletrônica de imóveis e a penhora eletrônica de automóveis, além das diligências realizadas pelo Oficial de Justiça certificando a ausência de bens ou o encerramento da devedora.

Cumprido fielmente o artigo 7.º da LEF, o processo só seria enviado à Fazenda Exequente para verificar a existência de possibilidade de inclusão de responsável tributário, de caracterização de grupo de fato ou sucessão ou para o arquivamento do feito pelo artigo 40.

Alterações mínimas na redação do artigo 7.º da LEF seriam suficientes para automatizar o cumprimento, pelas serventias judiciais, de todas as providências ali descritas, o que evitaria a desnecessária e morosa movimentação dos autos a cada providência efetuada.

O arquivamento pelo artigo 40 da Lei de Execução Fiscal é o terceiro gargalo responsável pela duração infinita do processo de execução. Para sanar o impasse, basta a automatização do artigo 40, com mínimas alterações em sua redação. Melhor explicando: esgotadas em vão as diligências do artigo 7.º e ultrapassada a questão relativa à responsabilização de terceiros, o juiz determina automaticamente o arquivamento pelo artigo 40. Inverte-se a lógica e, como consequência, o credor só vai requerer o desarquivamento, se localizar bens passíveis de penhora dentro do prazo prescricional.

A inversão da lógica do arquivamento das execuções fiscais pelo artigo 40 permitirá a baixa de processos inviáveis, sem maiores traumas ou necessidade de esgotamento de minuciosos manuais de diligências, que desta maneira poderiam ser simplificados.

### Conclusões

É evidente que, além das propostas apresentadas e, notadamente, por causa delas, a estruturação efetiva da primeira instância do Poder Judiciário e das Procuradorias Fazendárias, nominalmente, da Advocacia-Geral da União, é condição necessária para a racionalização da execução fiscal, a fim de minimizar potenciais perdas inerentes à extinção sem julgamento de mérito de centenas de milhares de execuções fiscais, porque novas e mais eficazes atribuições estarão previstas para os órgãos envolvidos.

Por derradeiro, as propostas acima apresentadas não elidem a necessidade de outras medidas de natureza legislativa e administrativa defendidas pelo SINPROFAZ em direção da Justiça Fiscal, nem prescindem das necessárias mudanças de orientações jurisprudenciais nas searas tributária e criminal, a fim de que o Brasil passe a cobrar e punir com maior rigor o sonegador e o devedor contumaz, os quais se escondem sob o manto da criação abusiva e impune de pessoas jurídicas, inclusive com o requinte da institucionalização brasileira do anonimato do quadro de sócios e administradores (QSA) de empresas *offshore*. Isso tudo, com a vênia do governo para a inscrição indevida destes mascarados econômicos no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), tornando o país um paraíso fiscal por via reflexa, porque impossível a responsabilização dos verdadeiros donos dessas empresas-fantasma. Demais disso, contam esses maus pagadores e sonegadores, muitas vezes, com a afrontosa leniência dos Poderes constituídos, em desfavor dos cidadãos pagadores de tributos e dos caros, conquanto esmaecidos, princípios da igualdade, da livre iniciativa, da livre concorrência e da soberania nacional.

DIRETORIA DO SINPROFAZ

# Votação do parecer do relator fica para depois do recesso parlamentar

Senadores vão se posicionar sobre o pagamento de honorários sucumbenciais para os Advogados Públicos, nos termos do parágrafo 19 do artigo 85, aprovado na Câmara Federal

Frustrando um pouco as expectativas do SINPROFAZ, acabou sendo adiada para depois do recesso parlamentar a votação do relatório elaborado pelo senador Vital do Rego (PMDB-PB) na comissão temporária criada para apreciar a matéria. O projeto do Novo Código de Processo Civil foi aprovado com modificações na Câmara Federal e está sendo analisado pela comissão de juristas do Senado que apreciou o texto original no Senado.

O calendário da comissão temporária previa a votação do relatório até o dia 16 de julho, inclusive no plenário do Senado. Porém, os membros da comissão de juristas não concluíram até esse prazo a análise do parecer

de Vital do Rego, que fez questão de ouvi-los antes de submeter o texto à apreciação da comissão temporária.

Cabe ressaltar que, nesta fase de tramitação, o Senado, que é a Casa de origem da matéria, examina apenas as alterações aprovadas na Câmara, a Casa revisora. Entre as mudanças, os senadores vão se posicionar sobre o pagamento de honorários sucumbenciais para os Advogados Públicos, nos termos do parágrafo 19 do artigo 85.

## Defesa

No dia 11 de junho último, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, compareceu à reunião da comissão temporária

Daniel Cardoso



Na última semana de atividades antes do recesso legislativo, diretores do SINPROFAZ marcaram presença na Câmara e no Senado, mantendo a mobilização e as gestões junto aos parlamentares na defesa dos pleitos da Carreira



SINPROFAZ presente em reunião da comissão temporária



Audiência com o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)



Audiência com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

que estuda as alterações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto que reforma o Código de Processo Civil. Estavam presentes membros da comissão de juristas que analisou originalmente o projeto do novo CPC no Senado: o ministro do STF Luiz Fux e os professores Tereza Arruda Alvim Wambier, Paulo Cesar Pinheiro Carneiro, José Roberto dos Santos Bedaque e Bruno Dantas.

O relator do projeto na Câmara, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), também participou da reunião, oportunidade em que prestou esclarecimentos aos membros da comissão temporária e da comissão de juristas acerca das alterações aprovadas na Câmara.

O deputado defendeu de forma serena e enfática o texto aprovado na Câmara, inclusive o artigo que trata do pagamento de honorários

aos Advogados Públicos. Paulo Teixeira afirmou que o texto consolida o federalismo, ressaltando que a questão dos honorários de sucumbência faz remissão à regulamentação por lei.

Os dirigentes das entidades que integram o Movimento Pró-Honorários estavam presentes na reunião e aproveitaram a ocasião para abordar os senadores sobre a necessidade de preservação do dispositivo do parágrafo 19 do artigo 85, inserido na Casa revisora.

### Corpo a corpo

Desde que a matéria retornou ao Senado, o SINPROFAZ tem atuado com o objetivo de convencer os senadores a apoiarem essa demanda. Confira nesta e na página anterior algumas das muitas reuniões realizadas nesse período. ■



Senadora Ivonete Dantas (PMDB-RN)



Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)



Senador Humberto Costa (PT-PE)



Senador José Pimentel (PT-CE)



Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)



Senador José Agripino (DEM-RN)



Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)



Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

## Correições e falta de estrutura de apoio foram temas de reunião na AGU

Representando o Sindicato na reunião com o Dr. Ademair Passos Veiga, estiveram presentes o presidente Heráclio Camargo e os diretores Maria Regina Alcântara e Amersson Carvalho. Além do Corregedor-Geral da Advocacia-Geral da União, participaram do encontro o Corregedor-Geral Substituto, Edimar Fernandes de Oliveira, e o Assessor Jurídico, Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos.

A reunião foi solicitada pelo SINPROFAZ com o objetivo de obter informações sobre as correções que vêm sendo realizadas por todo o Brasil, no âmbito da PGFN, em processos físicos e eletrônicos, notadamente nos JEFs, e também levar a visão dos filiados até a cúpula da Corregedoria.

O Sindicato levou ao conhecimento do Corregedor-Geral as reclamações de alguns Colegas filiados de que a falta de estrutura de apoio e o volume de trabalho impedem, muitas vezes, a realização de um trabalho de excelência, alertando a Corregedoria para esses fatos. Na avaliação do SINPROFAZ exposta no encontro, a falta de estrutura e de condições dignas de trabalho, de responsabilidade da



Administração, não podem resultar em prejuízo funcional ao Procurador da Fazenda Nacional.

Na longa e produtiva reunião, o Corregedor-Geral pontuou que as correções não têm objetivo de "caça às bruxas". Ademair Passos disse que a Corregedoria deve ser vista como uma instituição parceira, cujo objetivo primordial é levantar deficiências, diagnosticar problemas e propor soluções, contribuindo para melhorar a eficiência dos órgãos fiscalizados. Afirmou, ainda, que a criação de escritórios

descentralizados da Corregedoria trará uma visão mais acurada das realidades locais.

O Corregedor-Geral informou sobre a continuidade das correções nos processos eletrônicos no segundo semestre, na 2.ª e 4.ª Regiões. Por fim, deixou aberto um canal direto de comunicação com o Sindicato para troca de informações e prestação de esclarecimentos, condições importantes para dar tranquilidade emocional aos Procuradores da Fazenda Nacional e para o aperfeiçoamento das correções.



**QUER SABER, NA REAL,  
O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA  
SOBRE O CONSUMO?**

Baixe agora mesmo o aplicativo NA REAL para smartphones e tablets IOS e Android.  
Para saber mais, visite o site [www.quantocostaobrasil.com.br](http://www.quantocostaobrasil.com.br)

# Tribunal de Contas da União: vigilância sobre a eficiência do Estado

Presidente do TCU desde dezembro de 2013, João Augusto Ribeiro Nardes, 62 anos, falou à Revista Justiça Fiscal, entre outros assuntos, sobre a imprescindibilidade da boa governança para a efetividade das políticas públicas

Foto: TCU/Divulgação

João Augusto Ribeiro Nardes começou na política muito jovem, aos 19 anos, quando foi eleito vereador na cidade de Santo Ângelo, RS. Foi deputado estadual por dois mandatos e federal por três. Em 2005, renunciou ao mandato na Câmara Federal para assumir vaga de ministro do Tribunal de Contas da União. Formado em Administração de Empresas, com especialização em Estatística do Trabalho, no Japão, e pós-graduação e mestrado em Desenvolvimento, pelo Institut Universitá d'Études, em Genebra, Suíça, Augusto Nardes preside há dois anos a Olacefs – Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, órgão que integra os Tribunais de Contas (ou órgãos similares) da região. Insistindo na importância da governança para a modernização do Brasil, o ministro Nardes alerta para o risco que o Brasil corre de viver um colapso se não tomar medidas duras e urgentes, principalmente no âmbito da Previdência Social.



O SINPROFAZ pratica um sindicalismo moderno, para além das questões corporativas, com preocupações sociais, denunciando a sonegação, por exemplo. Qual é, na sua opinião, a importância desse tipo de trabalho?

É importante o Sindicato ter uma consciência de Estado em relação à sonegação. Temos grandes gargalos em termos de sonegação no país. Eu trabalhei muito para evitar isso. Fui o articulador do Simples no Brasil. Conseguimos sair de 600 mil para 8 milhões de empresas incluídas no Simples, pagando impostos. Sempre defendi a tese de que não podíamos deixar as pessoas na informalidade. Mas existe um grande gargalo que deve ser discutido, e o Sindicato tem um importante papel nisso. Temos que discutir, por

exemplo, os chamados subsídios, que somaram mais de 203 bilhões de reais em 2013. Simplesmente não se pagou impostos e não há avaliações públicas por parte do Estado brasileiro, especialmente por parte do Executivo, sobre se os resultados são prioritários para a sociedade. Agora, é uma decisão política do governo. São mais de 203 bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados, mas não se apresenta de forma transparente uma avaliação. Qual é o benefício para a sociedade? Essa é a questão. Se o Sindicato puder auxiliar o TCU nisso, trabalhar em parceria, será muito bem-vindo. É preciso trabalhar de mãos dadas para aumentar a transparência tributária. Então acho que o trabalho do Sindicato é muito importante.

De que maneiras o TCU pode contribuir para a modernização do Brasil?

O grande desafio do Brasil é transformar-se numa nação competitiva, diante da globalização em que vivemos. É tornar o país mais ágil e mais dinâmico dentro da estrutura do Estado. E o Tribunal de Contas da União pode contribuir muito para isso. A ideia é transformar o TCU numa instituição que possa induzir o desenvolvimento do país. Temos trabalhado para isso acontecer. Evoluímos criando novas secretarias especializadas, que passaram de 6, em 2012, para 22 atualmente. Antes, fazíamos diversos trabalhos, por áreas, mas com gente tratando de vários temas. Agora, o trabalho é mais especializado, mais específico. Estamos avaliando todas as políticas públicas das áreas de educação, cultura, saúde etc.

### O que mudou na forma de trabalhar do TCU?

Cheguei ao Tribunal com 24 anos de experiência no Parlamento, com uma grande bagagem, portanto. Sempre acreditei no trabalho coletivo. Minha formação como cidadão e como político ensinou-me a ouvir, para ter uma visão do coletivo. Habituei-me a trabalhar em conjunto com as comunidades, a saber ouvir as pessoas. Se não tivermos a virtude de saber ouvir, é muito difícil saber o que a sociedade pensa. Nesta gestão, mudamos os paradigmas do Tribunal. Estruturamos o TCU para buscar mais a eficiência do Estado, a eficácia, a efetividade, do que ver somente a legalidade. Vamos continuar analisando a legalidade, porque a lei é muito clara em relação a isso, e dá uma série de mandatos para o TCU. Mas também temos o mandato de verificar a eficiência, a eficácia, a efetividade. Para transformar o país é preciso ter um conjunto de avaliações, especialmente sobre indicadores da sociedade como um todo. É preciso aferir se a sociedade está evoluindo, se tem números que possam transformá-la em mais justa no sentido de gerar renda, distribuir empregos.

Essa é uma das várias funções do TCU que as pessoas em geral não conhecem. Quando se fala em Tribunal de Contas, costuma-se lembrar apenas da fiscalização.

A visão da sociedade é que nós apenas verificamos as contas. Mas hoje nós temos um mandato da Constituição, nos artigos 70 e 71, que estabelece ao TCU verificar a eficiência do Estado, da entrega de uma boa educação, de uma boa saúde.

### É nisso que o TCU vem trabalhando?

Havia um trabalho com os Tribunais de Contas dos estados que, eu diria, deixava a desejar. Então chamamos os 30 Tribunais de Contas de estados e municípios e passamos a trabalhar em conjunto com eles. E vamos chegar aos 34, que hoje é o número de tribunais de contas de estados e municípios existentes no

Brasil. Daí surgiu a ideia de fazer auditorias coordenadas. Fizemos uma sobre educação, a mais relevante, mais também sobre cultura e meio ambiente. Na educação, identificamos 61 mil professores fora da sala de aula. São dados importantes que tenho a impressão não serem do conhecimento da Presidente. O ministro da Educação não conhecia esses dados. O TCU é hoje uma instituição que, de forma isenta e imparcial, indica aos gestores os grandes gargalos da gestão pública como um todo. E nós paramos de trabalhar isolados, passamos a trabalhar em conjunto com todo o controle externo do Brasil, com os Tribunais de Conta. Assinamos convênios e sistematizamos. Criamos indicadores. Estamos buscando sempre as boas práticas e mostrando os gargalos.

### Em que outras áreas foram feitos levantamentos?

Em 2013, além do trabalho sobre educação, fizemos um levantamento sobre meio ambiente nos nove estados da Região Amazônica. Foi constatado que uma área de 1,1 milhão de km<sup>2</sup> de reservas nunca tinha tido um olhar sobre como estão as políticas de conservação, se existem boas práticas ou não. Somente 4% das unidades têm conservação de forma adequada, planejamento adequado, ou seja: está aprimorado.

### O que significa estar aprimorado?

Durante as nossas auditorias, classificamos os estágios de desenvolvimento em três níveis: aprimorado, intermediário e inicial. No intermediário, as boas práticas são adotadas apenas parcialmente, enquanto no inicial essas boas práticas não são adotadas.

Fizemos também esse levantamento com relação à governança na área de tecnologia da informação, no qual verificamos se a sociedade está digitalizada ou analógica. Boa parte da sociedade está digitalizada. Temos 288 milhões de telefones no país. Porém, em relação ao Estado, a situação é diferente. A sociedade está digitalizada e o Estado, analógico. Você não marca uma consulta

nem estabelece algum serviço em saúde hoje de forma digital. Você tem que entrar numa fila. O Estado não conseguiu evoluir como a sociedade evoluiu.

### Isso é preocupante?

Este é o desafio. E é isso que estamos mostrando. Na auditoria de governança de TI, descobrimos um grave problema na Previdência: 500 mil mortos recebendo benefício (alguém em nome deles). Depois da auditoria, o Ministério fez um recadastramento. No caso do Bolsa Família, já faz algum tempo, descobrimos 300 mil mortos recebendo o benefício.

### E o que fazer para corrigir essas distorções?

Nós estamos sempre formando gestores. Informamos sobre os problemas e até sugerimos ações, mas as correções ficam por conta dos gestores. Foi assim também na educação. No Prouni e FIES, por exemplo, identificamos problemas de elegibilidade (pessoas que recebiam a bolsa mas não atendiam os critérios para isso). Fizemos algumas sugestões ao Ministro da Educação para que eles pudessem inserir novos controles e novas checagens a fim de refinar essa elegibilidade. O Ministério implementou essas mudanças, que resultaram em economia muito importante para o programa como um todo – cerca de 300 milhões de reais por ano.

### Mas os problemas não param por aí?

Não. Temos sérios problemas de infraestrutura. Cito o exemplo da soja, que é um de nossos principais produtos de exportação. Pagamos 93 dólares por tonelada para exportar. Os EUA pagam 25 dólares. Isso é o custo Brasil. Temos grandes gargalos em diversos setores. Ano passado apodreceu soja em Mato Grosso.

### O que encarece esse custo?

A falta de rodovias adequadas, de ferrovias adequadas, de hidrovias adequadas. Ou seja, o país não tem capacidade de competir no mercado mundial.



### O TCU oferece cursos para servidores?

Temos uma escola de formação, o Instituto Sersedelo Correia. Em 2012, foram quase 86 mil pessoas treinadas por meio do instituto nas áreas de licitações, convênios, etc. Muitos cursos são a distância. É um lado importante, para não parecer que só valorizamos o aspecto da fiscalização.

### E quanto à governança de pessoal no serviço público, qual é o quadro?

Temos apenas 7,6% no nível aprimorado; em torno de 34% no intermediário e 57% no inicial. Na análise da governança de pessoal verificamos se há avaliação de risco, treinamento, meritocracia. Se você trabalha numa instituição, tem que ser avaliado. É preciso saber se está entregando um bom serviço à sociedade. Por que não se entrega um bom serviço na saúde? O cidadão vai ao hospital e faltam funcionários. Oitenta e um por cento dos hospitais não estão preparados para receber a população que necessita de atendimento. Setenta e sete por cento sofrem com falta de medicamentos.

### Essa deficiência é muito em função da má gestão?

Decorrente da péssima formação que existe na estrutura do Estado.

### E tem a corrupção.

Tem. Na questão da compra de medicamentos, são gastos 10 bilhões de reais. Mas a corrupção não está somente na saúde. Está em todos os níveis. Porque não há boa governança. O segredo do país para se tornar mais eficiente, mais eficaz, é uma boa governança. Com exceção de alguns, boa parte dos ministérios não tem boa governança, não conta com funcionários preparados.

### O que isso acarreta?

Vou dar um exemplo: a transposição do Rio São Francisco. Começou com 4,2 bilhões de reais, para ser concluída em 2010. Já estamos em 2014 e a conta já está em 8,5 bilhões de reais, devendo chegar a



10 bilhões no final. Durante esse tempo, muda o ministro, muda todo mundo e uma nova equipe começa do zero. Por que a transposição do Rio São Francisco não anda? Vários ministros já passaram pela Pasta. Não há funcionário de carreira, não tem memória. É fundamental ter governança de pessoal. Ter gente preparada para fazer.

### E quanto às ações de fiscalização do TCU?

Entregamos agora uma lista de 6.603 condenados pelo TCU que não tiveram suas contas aprovadas. O fato de direcionarmos mais para a questão da governança não significa que vamos parar de verificar a conformidade e a legalidade dos atos públicos. Significa que vamos trabalhar de forma preventiva. Ano passado fizemos uma economia de 20 milhões de reais. Na Copa, trabalhando preventivamente, conseguimos uma economia de 700 milhões de reais para o país. Ou seja, antes de acontecer o superfaturamento, detectamos o sobrepreço e mandamos repactuar os contratos. Vinte bilhões de reais é muito dinheiro. Foi o que economizamos em 2013 com trabalho preventivo.

### Esses 6.603 condenados são pessoas denunciadas em todos os níveis?

Governadores, prefeitos, ministros, senadores, deputados, generais, enfim, em todos os níveis. Essas pessoas perdem seus direitos políticos por oito anos. Por isso, posso afirmar que o TCU hoje é uma das instituições mais importantes do país, um dos pilares da democracia brasileira.

### Não há influência política no Tribunal?

Aquela velha história de que um político chega aqui para se aposentar não é mais verdadeira. A grande maioria dos ministros que vem do Congresso são pessoas com grande experiência e que tem dado uma contribuição importante. Além disso, temos hoje um corpo técnico que é um dos melhores da Esplanada.

### Mas a indicação feita pelo Congresso não compromete o cumprimento da função?

Não é indicação, é uma eleição. Eu participei de uma eleição com mais quatro candidatos. Uma votação secreta. Considero mais democrática a escolha dos ministros do TCU que a dos ministros da Suprema Corte. Temos grandes ministros na Suprema Corte, temos uma grande Corte, mas quem indica é a Presidente. É claro que são independentes, não estão vinculados ao governo. Mas uma eleição com votação secreta é mais justa e confere mais autonomia para quem é eleito.

### O Congresso tem o poder de solicitar a atuação do TCU. Como se prevenir do uso político desse tipo de solicitação?

Não há problema nenhum em relação a essa questão. Nós avaliamos se há provas, se há fundamentos na denúncia. Se não há, a auditoria não é levada adiante. Mas, se tem fundamento, o congressista, o jornalista ou qualquer cidadão pode fazer a denúncia. Temos uma ouvidoria aberta a qualquer cidadão.

### Existe um procedimento apuratório preliminar?

Sim. São as unidades técnicas especializadas. Se a denúncia é sobre educação, encaminhamos para a secretaria técnica, que vai avaliar. São todas pessoas concursadas, independentes. Não existe perseguição política. Os ministros são todos eleitos e é um colegiado, o que dá uma proteção maior. Acho que o modelo existente em outros países da América Latina e Europa, onde em lugar de um tribunal de contas há uma controladoria, comandada por apenas uma pessoa, fica muito personalizado. A pessoa pode ficar comprometida com quem a indicou. Aqui são nove ministros mais quatro substitutos. Aqui o eleito tem que se desfiliar de partidos políticos.

### Como está a situação da Previdência?

A situação da Previdência é nossa grande preocupação e eu queria alertar a todos. Nós estamos numa situação limite. Se não fizermos avanços e crescermos acima de 4%, o Estado brasileiro não tem como manter a estrutura atual. Vai haver uma inversão em 2030. A população brasileira mais velha vai ser maior que a população mais jovem. Se o Estado não crescer acima de 4% não tem como manter e pagar as aposentadorias, porque a tendência da pirâmide é se inverter. Isso daqui a 16 anos. É muito pouco tempo. Em 2050, estaremos gastando mais de 30% do PIB com o Estado social brasileiro, ou seja, com os problemas sociais e a Previdência. Uma medida terá que ser tomada, seja pela atual Presidente, seja pelo seu sucessor.

### O que o TCU sugere?

Eu penso que a curto prazo, seja quem for o Presidente eleito, será necessário tomar medidas duríssimas. Quer seja uma reforma em relação à Previdência, quer seja uma reforma em relação ao pacto federativo. Mas não adianta fazer só a reforma se não houver um pacto sobre a governança. É importante lembrar que

o Brasil está atrasado com relação às reformas e pode estar se encaminhando para uma situação tão difícil quanto a de alguns países europeus e da América Latina.

### Quando o TCU aponta esse tipo de problema, ele sugere caminhos?

Sugere. Conversei recentemente com a Presidente da República e mostrei-lhe os números da Presidência da República. Lamento profundamente que o Congresso não faça um debate maior sobre essas contas. Faz mais de onze anos que isso não é avaliado pelo Congresso Nacional. E o país corre o risco de ter uma surpresa se não houver um debate mais profundo sobre esses números, especialmente os da Previdência.

O TCU hoje é um órgão muito mais preventivo. Fizemos 20 bilhões de reais de economia para o país agindo antes. É uma grande economia. Mas continuamos com as penalizações

### E por que o Congresso não cumpre essa obrigação?

Já fizemos vários apelos aos dois presidentes da Casa, tanto os atuais como os anteriores. O principal instrumento que o Congresso tem é avaliar as contas da Presidência da República. A sociedade tem que saber o que está acontecendo. O TCU mostra e estamos abrindo processos em cada ano para que o governo evolua, mas precisa haver um debate político sobre isso. Os parlamenta-

res não podem postergar mais uma decisão que pode comprometer futuramente a nação, especialmente em relação à Previdência Social, insisto.

### O Tribunal desenvolve trabalhos conjuntos com outros órgãos?

Trabalhamos com os Tribunais, temos cooperação com diversas instituições importantes do país – Controladoria-Geral da União, Banco do Brasil, Banco Central, Advocacia-Geral da União, além do próprio governo. Chamamos a Casa Civil, chamamos o Judiciário; conversei longamente com Joaquim Barbosa sobre esse assunto, falei com o STJ, com o TST. O TCU aprofundou muito a cooperação com os Tribunais de Contas estaduais e municipais. Passamos a enxergar esse sistema como um sistema nacional de controle externo. Isto é uma grande novidade. Como vivemos numa federação, muitas dessas políticas são desdobradas lá na ponta, nos estados e municípios, sobretudo nestes. É absolutamente fundamental que possamos contar com essa constelação de Tribunais de Contas para poder olhar a política como um todo, até lá onde ela é executada. Esse é um ganho muito relevante desses dois anos de gestão. A grande revolução é termos a possibilidade de olhar as políticas públicas do país como um todo. Não havia isso antes. O importante é que agora começou um novo jogo no Brasil: o jogo do controle, mostrando a realidade e os gargalos de cada setor.

### O que é o projeto de Índice de Governança?

No fim do ano, o grande projeto desta gestão, além da especialização, da governança e das auditorias coordenadas, é criar indicadores de governança para todo o Brasil. Estamos diante de uma crise nos municípios e nos estados; se não for feita a curto prazo uma discussão do pacto federativo, não haverá solução, especialmente na questão da Previdência. A União terá que assumir este ônus mais cedo ou mais tarde. Esperamos que nesta eleição ocorra um grande debate sobre o tema.

As decisões duras são sempre adiadas?

Temos que ter um projeto para o Estado brasileiro. Sem uma melhoria na governança, não há estado que consiga suportar. Sem avaliar o pessoal, sem meritocracia, sem avaliar as políticas públicas sociais e educacionais. Ou seja, com esse novo projeto, montado dentro do TCU com 22 especializações, passamos a mostrar para a sociedade, agora de forma sistematizada, todos os temas mais relevantes e seus gargalos. E no fim do ano, depois das eleições, estaremos entregando os principais gargalos de cada setor para quem for eleito nos estados. Daqui a dois anos teremos os indicadores de todos os municípios brasileiros. Estamos criando isso com a Confederação Nacional dos Municípios e com os Tribunais de Contas. É uma revolução o que estamos fazendo.

Quando o senhor se refere a essas medidas, significa sugerir aos governantes?

São sugestões, mas com uma vantagem: estarmos junto com os Tribunais, monitorando, acompanhando.

Isso é governança?

Exatamente. É monitorar, avaliar, direcionar. Se o governante não tomar a decisão e depois o indicador – da educação, do turismo – não avançar, ele vai perder voto com isso.

Quando o senhor fala em “estamos mostrando à população”, que estratégias são usadas para fazer chegar à sociedade essas informações? Como superar as barreiras da comunicação?

Fizemos diálogos públicos em mais de 20 estados. Falamos com mais de 20 mil pessoas por meio de palestras. Então, estamos alertando a nação. O TCU está cumprindo seu dever. Nós temos tido bons espaços na mídia. Fomos contemplados com editoriais no *Estadão*, *Veja*, *O Globo*, *Folha*. Estamos nas

redes sociais; criamos um sistema de comunicação com 3.700 rádios web transmitindo nossos boletins. Estamos divulgando a ideia de governança.

Além do TCU, o senhor preside a Olacefs – Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores. Como está sendo esta experiência?

O que fazemos aqui de mais importante transportamos para a América Latina e o Caribe. Fomos ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano e nosso projeto de melhoria da governança foi aplaudido. Agora estamos criando uma rede de controle contra a corrupção na América Latina, que será instalada este ano com o apoio do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário. Será a rede das redes.

Esse projeto conta com a simpatia dos governos?

Ninguém gosta de controle, em parte nenhuma do mundo.

Como é a relação com a presidente Dilma?

Ela vê com bons olhos nosso trabalho. Somos hoje uma instituição que procura colaborar com o governo, e ele deve nos enxergar dessa forma. Quando a presidente Dilma era chefe da Casa Civil eu disse: a senhora precisa colocar alguém aqui para acompanhar o que está acontecendo no TCU. Porque não tem como saber o que está acontecendo no Brasil (o Presidente) ou nos estados (os governadores) sozinho. No sistema presidencialista, em que há uma grande concentração de poder numa só pessoa, certas informações podem não chegar ao chefe do Executivo. É importante, por exemplo, mostrar por que o DNIT não funciona, por que as estradas brasileiras não estão bem conservadas. O Ministério do Turismo, que era o mais complicado do Brasil (chegou a ter o ministro substituto preso na operação Vaucher), atualmente é um exemplo em termos de prestação de contas.

A Presidência acompanha o trabalho do TCU?

Somos independentes, mas os ministros alertam. Todas as decisões são encaminhadas à Presidência e aos ministérios. É tudo transparente. Encaminhamos todos os acordos aos ministros. Mas a burocracia às vezes impede que as informações cheguem. Se não houver uma boa governança – e o grande problema é esse, volto a falar –, se não tiver gente capacitada operando para proteger a Administração Pública, seja no ministério “a”, “b” ou “c”, informações importantes podem não chegar. É aí não se faz o que precisa ser feito. Vão administrar muito mais as crises da semana, do mês, do que as crises que possam desestruturar a nação brasileira.

O gestor tem uma certa prevenção contra o TCU?

Acho que é natural que tenha. Mas o TCU hoje é um órgão muito mais preventivo. Fizemos 20 bilhões de reais de economia para o país agindo antes. É uma grande economia. Mas continuamos com as penalizações. ■



# SINPROFAZ intensifica divulgação da Campanha em importantes eventos por todo o país

Em parceria com a Equipe de Educação Fiscal da Receita Federal da 8.ª Região Fiscal, o Sindicato fez excelente trabalho de divulgação do Sonegômetro na XIII Reatech

A capital paulista sediou de 10 a 13 de abril deste ano, no Centro de Exposições Imigrantes, a XIII Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Paradesporto – Reatech 2014. Trata-se do maior evento de inclusão social da América Latina, com mais de 50 mil visitantes. Na programação, dezenas de palestras, atividades culturais e sociais e expositores (nacionais e internacionais) com as novidades tecnológicas.

A convite da Equipe de Educação Fiscal da Receita Federal (8.ª Região Fiscal), o SINPROFAZ teve a oportunidade este ano de apresentar ao público o painel Sonegômetro, que integra a campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?* O trabalho foi conduzido pela diretora Regina Hirose, que destacou como bastante produtiva essa parceria em prol da progressiva conscientização dos cidadãos brasileiros. “É o exemplo vivo e concreto de que a união de forças e o trabalho



A diretora do SINPROFAZ Regina Hirose com Gioia Tosi (2.ª da dir. para esq.), da Equipe de Educação Fiscal da 8.ª Região

coletivo podem efetivamente produzir bons frutos e, por conseguinte, robustecer a atuação conjunta de várias instituições e entidades em prol da progressiva conscientização dos cidadãos acerca das relevantes questões tributárias e fiscais que permeiam as atividades e o cotidiano da sociedade brasileira”, avaliou a diretora do Sindicato.

Ela ressaltou ainda a calorosa acolhida, o espírito de mútua colaboração e o companheirismo demonstrado pelos integrantes da Equipe de Educação Fiscal antes, durante e depois do evento. Em nome da diretoria do SINPROFAZ e dos Procuradores

Fotos: Divulgação

da Fazenda Nacional, Regina Hirose agradeceu a oportunidade e fez questão de registrar: “São dignos de nota e de aplausos o empenho, a sensibilidade e a profunda dedicação dos integrantes da Equipe e dos voluntários da Receita Federal – 8.ª Região Fiscal, que não mediram esforços para que a atuação na Feira Reatech 2014 fosse, assim como nas edições anteriores, impecável e de exitosos resultados”.

## Ação em Salvador, BA

O Sonegômetro esteve na capital baiana nos dias 24 e 25 de abril último, como parte da programação do 2.º Encontro dos Procuradores Fiscais, evento promovido pela Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB) e pela Anape com o objetivo de trocar experiências e buscar alternativas a fim de agilizar e tornar cada vez mais eficaz a cobrança de dívidas e o combate à sonegação.

A ação ocorreu em frente ao Fiesta Hotel e foi a primeira vez

que o placar da sonegação fiscal esteve numa capital nordestina, sendo considerado um dos pontos altos do 2.º Encontro.

Além do placar, a Diretora de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do SINPROFAZ, Regina Hirose, participou da oficina que discutiu sobre o tema “Investigação e Proteção Patrimoniais, Factorings e Empresas Frias”.

### Maringá, PR

A Campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?*, com especial destaque ao painel do Sonegômetro, foi levada à 42.ª Expoingá (Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Maringá, PR), nos dias 11 e 12 de maio último. O evento integra o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras, sendo uma das cinco maiores feiras realizadas no Brasil e com notoriedade internacional.



A campanha do SINPROFAZ foi divulgada no estande da Receita Estadual do Paraná

### Rotary Club São Paulo Parque Continental

A convite do Conselho Administrativo do Rotary, o SINPROFAZ apresentou aos membros da entidade, no último dia 26 de maio, a Campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?* Mais uma vez, a tônica da palestra foi o painel do Sonegômetro, com comentários a

respeito do conteúdo do site [www.sonegometro.com](http://www.sonegometro.com).

Representaram o Sindicato as diretoras Regina Hirose e Maria Regina Alcântara. Devido ao sucesso da apresentação, o Sindicato foi convidado para participar de outra palestra, desta vez no Rotary Club de São Paulo Sumaré. ■

## Equipe de Educação Fiscal da SRRF 8.ª Região: lições de cidadania

**Quando foi criada a Equipe de Educação Fiscal da SRRF 8.ª Região?**

**Gioia Tosi.** A equipe, que participou da REATECH, existe desde o ano de 2007, vinculada ao Gabinete da Superintendência da Receita Federal.

**Quem faz parte da Equipe?**

**Gioia Tosi.** Ela é integrada por servidores da SRRF e um representante local de cada uma das unidades do estado de São Paulo, perfazendo uma rede de 35 pessoas que atuam no Programa.

**Como e onde ela atua?**

**Gioia Tosi.** Promovendo

ações em diversas linhas de atuação, em muitos dos municípios do Estado. Uma das atuações é justamente a divulgação, em feiras e exposições, dos preceitos de cidadania vinculados à função socioeconômica do tributo e à correta aplicação destes recursos.

**Que avaliação a senhora faz desse trabalho?**

**Gioia Tosi.** O trabalho tem crescido muito, ampliando a cada dia as oportunidades de relacionamento com a sociedade. Importante destacar que isso se dá devido ao crescimen-

to de parcerias com instituições públicas ou privadas, que têm potencializado nossa atuação.

**Foi a primeira vez que o SINPROFAZ participou da Reatech?**

**Gioia Tosi.** Esperamos que tenha sido a primeira de muitas outras: tanto o tema tratado como a expressão da entidade agregaram muito valor ao evento.

*Gioia Matilde Alba Tumbiolo Tosi é representante Regional na 8.ª Região Fiscal/Programa Nacional de Educação Fiscal*

### Fórum de Atualidades Jurídicas

No dia 30 de maio, durante o Fórum de Atualidades Jurídicas promovido mensalmente pela Escola da Advocacia-Geral da União no Rio Grande do Sul (foto ao lado), a diretora de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do SINPROFAZ, Regina Hirose, foi convidada a proferir palestra sobre o tema “Controle Social das Contas Públicas”.

Para uma plateia formada em sua grande maioria por membros e servidores da AGU e acadêmicos de Direito, ela comentou o excelente trabalho executado pelos Observatórios Sociais no controle de contas públicas de diversos municípios brasileiros, além de traçar o panorama da Campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?* Regina Hirose ressaltou a importância de se observar os alarmantes números divulgados pelo Sindicato por intermédio do painel e do site do Sonogômetro, que escancaram o rombo bilionário anualmente verificado nos combalidos cofres públicos do Brasil.

Também convidado pela Escola da AGU/RS – dirigida pela Dr.<sup>a</sup> Márcia Uggeri Maraschin –, o PFN Daniel Giotti de Paula, lotado no estado do Rio de Janeiro, falou acerca das “Perspectivas Contemporâneas dos Direitos e Deveres Fundamentais”, tema que despertou o interesse dos participantes pelos amplos e profundos estudos realizados pelo expositor no programa de doutorado ora em andamento na UERJ.

A dirigente do SINPROFAZ destaca que o trabalho de divulgação e de aproximação com a aludida escola institucional foi realizado pelo PFN Luís Alberto Reichelt, contando com a preciosa colaboração da PFN Simone Anacleto Lopes, ambos lotados em Porto Alegre, RS.



Fotos: Divulgação

## EAGU 4.<sup>a</sup> Região: Atualização e aperfeiçoamento de excelência para os membros da Carreira

A Advogada da União Márcia Uggeri Maraschin, responsável pela Direção da Escola da AGU da 4.<sup>a</sup> Região (Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal), destaca a excelente repercussão das palestras proferidas pelos Procuradores da Fazenda Nacional Regina Hirose e Daniel Giotti de Paula durante o Fórum de Atualidades Jurídicas, em razão da escolha dos temas e da “magnífica atuação dos palestrantes”.

Márcia Uggeri explica que a EAGU é um órgão subordinado ao Advogado-Geral da União, cuja função é promover a atualização e o aperfeiçoamento dos membros das carreiras jurídicas e servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), além de fomentar estudos e pesquisas para o desenvolvimento de novas técnicas de trabalho. Fora de Brasília, existem cinco representações regionais: RJ, SP, PE, MG e RS.

Ainda de acordo com Márcia Uggeri, visando a democratizar o

acesso à capacitação, a Escola da AGU faz uso de uma ferramenta chamada TV Escola. Trata-se de um canal aberto com todos os membros da Instituição que, via computador funcional, assistem, em âmbito nacional, aos eventos produzidos pela EAGU.

A Escola desenvolve também os cursos inseridos em sua Grade Permanente, oriundos de um programa de ensino composto de eixos temáticos diferentes, planejado pelas unidades da Escola de Brasília, juntamente com as suas cinco regionais. Mediante a seleção de Advogados Públicos Federais por meio do sistema de Banco de Talentos, é formada uma equipe de contetudistas e professores que executam o projeto da Grade Permanente em todas as suas etapas. O evento do dia 30 de junho, do qual a diretora do SINPROFAZ teve a honra de participar, foi um dos muitos desenvolvidos pela Escola da AGU da 4.<sup>a</sup> Região.



Palestra na sede do Sindifisco/RN

### Palestras em Natal, RN

A diretora de Assuntos Profissionais e Estudos Técnicos do SINPROFAZ esteve também na capital potiguar, na primeira quinta-feira de junho, ocasião em que proferiu duas palestras abordando a Campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?* A primeira ocorreu na sede do Sindifisco/RN, a convite dessa entidade, e contou com a expressiva presença de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil e representantes do SINDIFERN (Sindicato dos Auditores Fiscais do RN).

A segunda palestra foi realizada no auditório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, contando com a presença do Professor William Pereira, Coordenador PPECO/UFRN, que convidou outros docentes

e alunos de graduação e pós-graduação para participarem do evento. Na plateia, além da comunidade universitária, também estavam presentes Procuradores da Fazenda Nacional lotados em Natal, RN.

A diretora do SINPROFAZ aceitou o convite para nova apresentação na Universidade Federal do RN, para a aula magistral do segundo semestre. Além da divulgação maciça da Campanha *Quanto custa o Brasil pra você?*, trata-se de uma oportunidade para promover a maior aproximação do Sindicato com o mundo acadêmico, criando aberturas para pesquisas e trocas de experiências sobre as diversas questões que giram em torno da sonegação fiscal no Brasil.



I Seminário de Educação Fiscal de Foz do Iguaçu

### Foz do Iguaçu, PR

“Os Malefícios da Sonegação Fiscal: Sonegômetro, um contraponto ao Impostômetro”. Esse foi o tema da palestra proferida pela diretora do SINPROFAZ Regina Hirose durante o I Seminário de Educação Fiscal de Foz do Iguaçu, realizado no último dia 11 de junho, no auditório da Receita Federal do Brasil no município paranaense. Um numeroso público prestigiou a iniciativa, na qual o Sindicato divulgou mais uma vez a Campanha *Quanto Custa o Brasil pra Você?*, valendo-se do conteúdo e das ferramentas disponíveis no site do Sonegômetro.

O Seminário foi o resultado de parceria entre a Receita Federal do Brasil, Receita Estadual do Paraná, Prefeitura de Foz do Iguaçu e Instituto Polo Iguassu, com apoio do SINPROFAZ. ■



A participação do SINPROFAZ no I Seminário foi notícia no jornal A Gazeta do Iguaçu, de grande circulação na região

# Sonegação já ultrapassa os 290 bilhões em 2014

Valor é 25 vezes maior do que o gasto na construção das arenas para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil. SINPROFAZ volta a alertar para a necessidade de estruturar a Carreira de PFN

No último dia 4 de agosto, o placar da sonegação fiscal, o Sonegômetro, havia ultrapassado a marca de R\$ 290 bilhões. No mesmo dia, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, anunciou que a cifra deverá alcançar R\$ 500 bilhões até o dia 31 de dezembro deste ano, o que representará um aumento em relação a 2013, quando foram sonegados no país R\$ 415 bilhões.

O presidente do Sindicato voltou a alertar para a necessidade de as pessoas entenderem que todo mundo perde com a sonegação fiscal. “Estamos sempre falando sobre a alta carga tributária, mas também precisamos discutir o efetivo combate à sonegação e um sistema de cobrança mais justo para com os que ganham menos”.

Se não houvesse sonegação fiscal, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em 28,2% e, ainda assim, manter o mesmo nível de arrecadação. “O Sonegômetro foi a forma que os Procuradores da Fazenda Nacional encontraram para mobilizar e esclarecer a sociedade sobre os impactos da sonegação fiscal no Brasil. O dinheiro que poderia ser investido na saúde ou na educação está indo pelo ‘ralo’ porque a administração pública



Foto: Divulgação

faz vista grossa para os grandes devedores e, com isso, sacrifica cada vez mais os pobres e a classe média”, ressalta o presidente do Sindicato.

## Repercussão

A cada nova marca bilionária atingida pelo Sonegômetro, veículos de mídia impressa e eletrônica colocam em pauta os prejuízos causados pela sonegação fiscal no Brasil. O SINPROFAZ tem aproveitado essas oportunidades para denunciar a falta de estrutura da Carreira de PFN, responsável por cobrar esses tributos no âmbito federal.

No dia 23 de maio, às vésperas de o Sonegômetro ultrapassar a marca dos R\$ 200 bilhões, o colunista da *Revista Época* Felipe Patury repercutiu a ferramenta criada pelo SINPROFAZ. Na nota, foi destacada a informação de que o valor sonegado corresponde a 25 vezes o gasto na construção das arenas para a Copa do Mundo realizada no Brasil.

O assunto foi pautado também pelo *Diário Catarinense*, *Portal Terra*, *Monitor Mercantil*, *TV Band Curitiba*, *Rádio CBN* – em entrevista de 17 minutos ao vivo com o presidente do Sindicato – e outros veículos de comunicação.



# Senador Paulo Paim defende mais fiscalização no combate à sonegação fiscal

Em discurso na tribuna do Senado Federal, o senador Paulo Paim (PT-RS) classificou como alarmantes os níveis de sonegação fiscal no Brasil e disse ser necessário intensificar a fiscalização para a identificação “dos ralos pelos quais fluem imensas somas de dinheiro público”.

Na avaliação do parlamentar, parte do problema tributário brasileiro poderia encontrar sua solução no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da sonegação fiscal, o que evitaria, adicionalmente, muitos casos de corrupção. Para isso, Paulo Paim sugeriu o fortalecimento das Carreiras da Procuradoria da

Fazenda Nacional, a começar pelo preenchimento de pelo menos 300 vagas para o cargo de Procurador que estão em aberto.

O senador citou dados do SINPROFAZ segundo os quais a sonegação no Brasil é 20 vezes maior do que o valor gasto com o Programa Bolsa Família. Destacou ainda informações do Sindicato indicando que a sonegação estaria concentrada em grandes empresas e pessoas muito ricas, “que têm mecanismos sofisticados para lavar dinheiro – offshores em paraísos fiscais”.

(Com informações da Agência Senado)

Geraldo Magela/Senado Federal



## Debate na Rádio CBN sobre a reforma tributária incluiu Sonogômetro

A Rádio CBN promoveu, no dia 14 de julho, debate com a participação do presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, sobre um dos temas de maior interesse da sociedade atualmente. Participaram também da discussão o professor da Escola de Economia da FGV-SP, Samy Dana; o advogado especialista em Direito Tributário e Ciências das Finanças e membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, Kiyoshi Harada; e o jornalista e comentarista Carlos Alberto Sardenberg.



Os debatedores analisaram a política tributária brasileira e a necessidade de uma ampla reforma, apontando disfunções em diversos aspectos, como a regressividade do modelo atual, que encarece o consumo e afeta principalmente

a renda da classe média. Discutiram ainda a guerra fiscal entre estados e municípios, as isenções, reduções fiscais e até o perdão de dívidas que privilegiam apenas alguns setores da economia, e a leniência do governo diante de uma sonegação cada vez mais crescente.

Heráclio Camargo apresentou dados do Sonogômetro e esclareceu as dificuldades estruturais e de pessoal da Carreira de PFN, que impactam diretamente na eficiência do sistema de recuperação dos créditos tributários. ■

# Uma pitada de otimismo e muito do que fazer pela Carreira está em nossas mãos!



Mário Augusto Carboni\*

É inegável na nossa vivência como Procuradores da Fazenda Nacional que a Instituição como um todo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional carece de muitos recursos e investimentos, seja na área de pessoal, a exemplo da imprescindível e almejada carreira de apoio às atividades-fim, seja na área de tecnologia da informação, desenvolvimento de competências e talentos individuais e coletivos. Esses e outros diversos fatores revelam-se o “calcanhar de Aquiles” da PGFN e constituem os riscos reais e pontos fracos que reclamam imperativa atenção e execução de ações pontuais e gerais para atingirmos patamar mais satisfatório ao desenvolvimento das tarefas institucionais.

Todavia, nesse cenário um tanto desestimulante existe uma enorme força de detenção que representa real possibilidade de pequenas mudanças que podem apresentar surpreendentes resultados ao longo do tempo. Essa força detida no seio da Instituição, em cada unidade organizacional da PGFN espalhada por nosso gigante país, são os Procuradores da Fazenda Nacional, eis que a Instituição é o conjunto formado por cada um de nós, de modo que muito do

que há para se fazer por ela, e consequentemente pela Carreira, está em nossas mãos.

Claro que são modificações pontuais, mesmo mínimas e longe da solução geral dos problemas estruturais a cargo da alta Administração, mas faz imperar o exercício local do otimismo e da canalização de energia proativa em projetos que contribuem de fato para tornar realidade algo positivo e servirá de exemplo como boas práticas a disseminar a ideia e contribuir em peso para ações mais profundas.

As dificuldades vivenciadas pela Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto não diferem daquelas por que passa a Instituição como um todo, podendo citar nesse universo de carências a ausência da quantidade necessária de servidores de apoio em face das demandas; alta rotatividade de terceirizados e estagiários, em razão da desvalorização da remuneração e das bolsas; dispêndio de tempo e energia dos Procuradores na execução de tarefas administrativas triviais, diante da precária estrutura do quadro de apoio e das limitações impostas à utilização dos sistemas; déficit no quadro de Procuradores por força de afastamentos e ces-

são; expressivo volume de trabalho, dentre outras questões que se colocam como oportunidades de melhoria e estão diuturnamente na pauta da administração da PGFN.

Uma ideia central que precisa nos acompanhar é de que os desafios e as dificuldades que enfrentamos, por um viés, animam e justificam a existência da gestão organizacional e da união dos Procuradores em prol de melhorias, sendo que um passo relevante é nos imbuirmos da promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias, mesmo localmente e com pouca margem de recursos, mas que possam gerar melhores resultados organizacionais. Algumas ações locais dos membros da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto revelam-se nesse sentido, tanto no relacionamento com a comunidade local quanto no âmbito da gestão participativa da unidade.

A Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto tem se empenhado em algumas ações locais que já denotam resultado positivo, tanto no fortalecimento da imagem institucional quanto na busca por melhores resultados das atividades-fim.

No campo do fortalecimento da imagem institucional, medidas como o diálogo diuturno com a comunidade jurídica local – a exemplo dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia-Geral da União e dos órgãos de origem dos créditos objetos de inscrição em dívida ativa da União – representaram abertura para resolução mais fácil e ágil de questões de relacionamento institucional e reforçaram a presença da Procuradoria na localidade. Nessa mesma linha, a busca pela participação local em eventos jurídicos como palestras, seminários e *workshops* contribuiu para disseminar a relevância da Instituição.

A implementação local de alguns programas revelou-se fundamental para a troca de experiências entre os Procuradores e servidores em busca de maior integração e aprimoramento de competências, podendo citar nesse âmbito: o *Projeto Atualiza PGFN*, que se desenvolve por meio de encontros e reuniões para discussão de temas relevantes da PGFN e orientação de servidores quanto a procedimentos mais adequados de trabalho; o *Projeto Celebrar*, que tem por objetivo o clima organizacional como incentivo à maior integração do pessoal da unidade, por meio de confraternizações mensais e anuais; bem como os *Painéis de Desenvolvimento de Competências*, que se mostraram meio eficiente de troca de experiências e orientações ao corpo de estagiários e terceirizados.

Nesse propósito de fortalecimento da imagem institucional, há também eventos externos da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto com a comunidade local e que



surtem resultados positivos, como campanhas de solidariedade que ocorrem anualmente. Vale citar também a participação em eventos organizados pelo Ministério Público Federal como o *Mutirão da Cidadania*, que, em sua primeira edição, contou inclusive com a participação do SINPROFAZ e das “formiguinhas”, assim como a divulgação sobre o Dia da Justiça Fiscal no plenário do parlamento local, por Procurador da Fazenda Nacional, e a importância da disseminação desse valor aos cidadãos. Todas essas ações também demonstraram repercussão positiva para a Instituição no meio social.

Por fim, no campo das ações em prol da busca por melhores resultados das atividades-fim, importante a abertura para ampla discussão com todos os Procuradores envolvidos a respeito de modificações em processos de trabalho e implementação de modelos de sucesso aplicados por outras unidades ou instituições. Passo importante é a definição das competências e da estrutura organizacional interna, tanto para os Procuradores quanto para o quadro de apoio, para fixar limites e responsabilidades e permitir a interdependência das equipes de trabalho. É tarefa hercúlea e desgastante para os envolvidos, especialmente por pressupor mudanças do *status quo*.

Medidas nesse sentido na Procuradoria-Seccional da Fazenda

Nacional em Ribeirão Preto têm apresentado resultados positivos, tanto no produto da atuação institucional quanto na equalização do volume de trabalho aos Procuradores e servidores. Podemos citar práticas como a qualificação das cargas no Judiciário, despachos concentrados de diligências em execuções fiscais, que inclusive ficaram registradas em atas com o Poder Judiciário, especialmente em relação à prioridade aos grandes devedores e matérias de acompanhamento especial, bem como a distribuição da carga de trabalho parametrizada por devedor, de modo a evitar manifestações contraditórias, entre outras.

Em conclusão, sem olvidar as sérias deficiências que dia a dia experimentamos na Instituição, além das lutas por melhores condições de trabalho, remuneração e prerrogativas, e que une todos os Procuradores da Fazenda Nacional para clamar e propugnar ações para construir um presente melhor, há em cada um de nós uma força positiva a ser explorada e canalizada para a promoção de um ambiente de criatividade, experimentação e implementação de novas ideias, o que, com absoluta certeza, produzirá bons frutos. De modo que, com um pouco de otimismo e pelo esforço, muito do que fazer pela Carreira está em nossas mãos. ■

*Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Ribeirão Preto, SP*

## Várias unidades são visitadas pelo Sindicato para verificação *in loco* das condições de trabalho

**S**obrecarga de atividades em decorrência da falta de PFNs na ponta e da carreira de apoio, aquisição de Lesão por Esforço Repetitivo e preocupação com a diversidade de sistemas foram alguns dos problemas relatados pelos Colegas

No dia 24 de abril último, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, os diretores Thaisa Ribeiro, Marcos Antônio Freitas, Maria Regina Dantas de Alcântara, Achilles Linhares de Campos Frias, José Marcos Quintella e a vice-presidente Liciane Tenório Cavalcante reuniram-se com os Procuradores da Fazenda Nacional lotados em Brasília (foto). Os Colegas reclamaram da falta de Procuradores na ponta e da assimetria nas atribuições de cada PFN nessa unidade. Denunciaram a falta de carreira de apoio, o excesso de processos e o tratamento displicente do governo para com os PFNs sem DAS.

A Diretoria do SINPROFAZ conversou sobre a atuação no Parlamento, no Judiciário e em âmbito administrativo para obter avanços palpáveis. Heráclio Camargo afirmou que a Carreira considera inaceitável qualquer forma de privilégio ou tratamento discriminatório entre PFNs e que a Diretoria pugna sempre pela racionalização do número de Colegas nas divisões, a fim de que todos trabalhem na PGFN e ninguém seja sobrecarregado.

O SINPROFAZ também deixou



claro que não aceitará que os PFNs sejam assediados moralmente por nenhuma instância da AGU, diante da sistemática e notória sonegação oficial de meios dignos para o trabalho dos Procuradores.

### Salvador

O encontro seguinte foi em Salvador, BA, com a expressiva presença de 20 Procuradores da Fazenda Nacional, sendo o SINPROFAZ representado pelos diretores Achilles Frias, João Paulo Cordeiro Ca-

valcanti e Maria Regina Dantas de Alcântara (Diretorias Administrativa, de Relações Intersindicais e Jurídica, respectivamente).

Os Colegas ressaltaram que vários Procuradores estão contraindo Lesões por Esforço Repetitivo (LER), em razão da sobrecarga de trabalho e do acesso a inúmeros sistemas de consultas, sem que a Administração preste qualquer apoio em virtude do comprometimento da saúde desses profissionais.



Os Colegas de Salvador relataram a ocorrência de muitos casos de LER

A situação é agravada pela grande carência de Procuradores na PFN-BA. Cumpre ressaltar que a Administração comete inúmeras falhas no caso: lotação insuficiente de Procuradores, falta de apoio aos que têm a saúde comprometida e sujeição dos PFNs à atividade de consulta, em detrimento do exercício da Advocacia. O desvio de função, além de trazer graves prejuízos à saúde, implica evidente prejuízo ao Erário, na medida em que impõe a membros da AGU (Advogados preparados e altamente especializados) a exaustiva e não intelectual atividade de consultar sistemas que poderiam ser acessados por servidores sem maiores qualificações.

Os Colegas de Salvador observaram ainda que, não bastasse o volume desumano de trabalho, há casos de pedidos de pareceres referentes a outras pessoas jurídicas que não a União.

Depois de ouvir a exposição

dessas dificuldades, os diretores do SINPROFAZ relataram o real cenário político de Brasília, as implicações das eleições na pauta de atuação sindical e as principais estratégias a serem adotadas no momento. Externaram ainda um panorama dos principais projetos de lei e PECs de interesse da Advocacia Pública em tramitação, seu atual estágio e perspectivas e impressões sobre a possibilidade de sucesso de cada um.

Os representantes do SINPROFAZ ressaltaram a necessidade de maior engajamento da base nas lutas e mobilizações, bem como a busca pela integração da Seccional da OAB nas causas da Advocacia Pública, conclamando a Carreira a ocupar os espaços no Órgão de Classe, inicialmente na Comissão da Advocacia Pública local.

#### Delegado sindical

A reunião em Salvador serviu também para realizar a eleição

do novo delegado sindical da Bahia, sendo eleito por aclamação o Colega Roberto Levy, tendo como sua subdelegada a Colega Paula Morais. Presente no encontro, a Colega Moema Quadros d'Almeida, da Seccional de Feira de Santana, voluntariou-se para ser subdelegada pela Seccional.

Outro ponto importante da reunião foram os esclarecimentos quanto à situação das ações judiciais patrocinadas pelo Sindicato. Os presentes puderam ainda fazer considerações e oferecer sugestões sobre a atuação sindical. Por fim, os Colegas de Salvador externaram grande satisfação em receber a visita do Sindicato, oportunidade em que sentiram-se novamente inseridos nas questões de interesse da Carreira e ouvidos em seus anseios.

A Diretoria do SINPROFAZ agradece a calorosa e respeitosa acolhida por parte dos Colegas que compõem o valoroso quadro da PFN-BA.

#### Campos e Macaé

No dia 27 de maio, os diretores do SINPROFAZ Achilles Frias e José Marcos Quintella estiveram em Campos dos Goytacazes visitando os Colegas das Seccionais de Campos e Macaé. Eles ouviram sugestões e relataram o trabalho que o SINPROFAZ vem fazendo em diversas frentes. Muitas das observações feitas pelos Colegas dizem respeito à própria Instituição PGFN: lamenta-se muito o fim da lista de discussão institucional da PGFN, que era considerado um canal importantíssimo de comunicação entre os Colegas de todo o país.

Foi também manifestada pre-



A visita aos PFNs das Seccionais de Campos e Macaé aconteceu no dia 27 de maio

ocupação com a diversidade de sistemas com que os PFNs são obrigados a trabalhar e com o número excessivo de normas, pareceres e orientações emitidos pelo órgão central sem que exista uma ferramenta de busca eficiente que permita consultá-los.

Comparou-se a divulgação das notícias institucionais nos sites da AGU e da PGFN, concluindo-se ser a comunicação da AGU mais ativa na divulgação das notícias referentes à Instituição. Colegas daquelas projeções também manifestaram interesse em participar de cursos, congressos e seminários, porém sentem que não há nenhum incentivo por parte da PGFN nesse sentido e que a atuação da Escola tem sido tímida.

Os Colegas exaltaram os benefícios da aproximação maior entre a Diretoria do Sindicato e os associados para intercâmbio de informações e ideias.

### Mogi das Cruzes

O delegado sindical em São Paulo, Marcos Lisandro Puchevitch, e a subdelegada Marília Gattei, acompanhados da diretora Jurídica Maria Regina Dantas de Alcântara, visitaram no dia 29 de maio

último a Procuradoria Seccional de Mogi das Cruzes, SP.

A visita teve como objetivo informar os Colegas sobre as últimas atuações do Sindicato e verificar as condições de trabalho e instalações da unidade. Além disso, como muitos PFNs da Seccional são do último concurso e ainda não se sindicalizaram, a visita também teve o propósito de incentivar a sindicalização e tirar as dúvidas sobre o Sindicato.

Os Colegas demonstraram que têm acompanhado as principais discussões conduzidas pelo SINPROFAZ e questões muito caras à Carreira foram debatidas, como a conveniência da vinculação exclusiva à AGU, a interlocução com as demais entidades representativas da Advocacia Pública Federal, o papel do Fórum Nacional da Advocacia Pública, as matérias legislativas de interesse da Carreira (honorários, autonomia e ATS, especialmente) e o alcance das ações judiciais do Sindicato. ■



Mogi das Cruzes: SINPROFAZ incentivou a sindicalização de PFNs do último concurso

# O Projeto de Novo Código de Processo Civil, os desafios da litigiosidade de massa e a atuação da União em matéria tributária



Luis Alberto Reichelt\*

## 1. A massificação das relações sociais e seus reflexos sobre as relações jurídicas em matéria tributária

Em 1993, ao descrever a realidade que então se apresentava diante dos seus olhos, Adroaldo Furtado Fabrício fez um diagnóstico emblemático, anotando que “os mais importantes e desafiadores problemas que se propõem ao jurista de nossos dias decorrem da massificação. As relações de troca intensificaram-se; populações inteiras, antes postas à margem do comércio jurídico, entraram a participar dele; democratizou-se o capital pela abertura dos mercados acionários; universalizou-se a demanda de consumo sob o estímulo irresistível da propaganda massiva; multiplicou-se a produção de bens e de serviços para corresponder a essa demanda incessantemente expandida; produtos de cuja existência sequer se poderia ter cogitado no limiar deste Século tornaram-se imprescindíveis à vida do homem comum, pelo mecanismo conhecido das necessidades criadas; popularizou-se o crédito a fim de garantir-se a constante expansão da massa con-

sumidora; as relações de trabalho multiplicaram-se e se fazem a cada dia mais complexas e conflituosas; a mecanização e agora a automação conduzem à sempre crescente terceirização da economia. De outra banda, a superpopulação reduz o espaço físico à disposição de cada indivíduo, intensificando atritos, neurotizando o convívio e favorecendo litígios: a luta pelo espaço vital vai deixando de ser simples metáfora para tornar-se a realidade do dia a dia; a competição entre indivíduos e grupos toma cores de guerra sem quartel; a máquina onipresente e multímoda atropela, acidenta, danifica, fere e mata em proporções assustadoras, sem que a possamos dispensar ou sequer controlar; a inquietação e a desigualdade sociais produzem as mais variadas rebeldias e o repúdio a todas as normas de contenção; a conscientização política desvenda os mal-afortunados e os incorpora à multidão dos insatisfeitos e reivindicantes. De tudo resulta o afluxo contínuo de novas causas maiores de participantes da atividade jurídica. Não é só a população que aumenta; é o grau de participação de cada indivíduo nos assuntos

coletivos que cresce mais e mais”<sup>1</sup>.

Fato é que a massificação das relações sociais é um dos traços característicos da cultura pós-moderna, na qual determinados indivíduos estabelecem um intenso volume de contato social, estabelecendo unilateralmente um padrão que pretendem seja respeitado em termos de regulamentação jurídica do convívio com outras pessoas. Essa é a realidade na qual a União, na condição de sujeito ativo da obrigação tributária, acaba por ser inserida quando, criando novas leis ou manifestando sua interpretação a respeito daquelas já existentes, estabelece quais serão os posicionamentos que adotará ao se relacionar com os milhões de contribuintes e responsáveis tributários.

A litigiosidade de massa contra a União surge justamente quando os indivíduos que se julgam prejudicados por força da lei ou da interpretação adotada batem à porta do Poder Judiciário. É esse fenômeno que faz com que a União possa ser considerada pelo mesmo Poder Judiciário como um dos chamados *litigantes habituais*<sup>2</sup> em demandas judiciais que adotam feições padroniza-

1 FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. As novas necessidades do processo civil e os poderes do juiz. Revista de Direito do Consumidor, vol. 7 (1993): 30-36, especialmente p. 30.  
2 A expressão é de CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryan. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988. p. 25.

das, distinguindo-se por força de eventuais aspectos situados na dimensão dos fatos peculiares da realidade do sujeito passivo da obrigação tributária (aspectos de tempo ou lugar na realização do seu fato gerador, ou, ainda, de questões ligadas ao seu aspecto quantitativo) ou de matéria probatória correspondente.

Sob essa ótica, nem sempre “cada caso é um caso”, e nem sempre o juiz terá justificativa para julgar sob a alegação de que tudo “depende do caso concreto”. É evidente que haverá demandas judiciais que tratarão de questões pontuais, ligadas a realidades específicas de determinados contribuintes, a exemplo do que se verifica nos casos em que a tributação discutida em debate judicial tem sua origem no trabalho quase artesanal desenvolvido em muitos autos de infração. Contudo, é preciso reconhecer que, no mais das vezes, a exigência de aplicação de normas idênticas a um número enorme de contribuintes que se encontrem em situações idênticas enseja o surgimento de relações jurídicas padronizadas, o que decorre da necessidade de respeito a princípios como os da impessoalidade da Administração Pública e da generalidade inerente às normas às quais estão sujeitas essas mesmas relações jurídicas.

Tudo isso é dito para que se traga à baila algumas considerações fundamentais iniciais:

A existência de demandas judiciais massificadas propostas envolvendo a União, como ocorre com relação a qualquer litigante habitual, é mero sintoma de uma causa anterior, qual seja, a existência de impasses surgidos no âmbito de relações jurídicas mas-



Foto: AE (Reproduzida do blog Poder Online)

*Universalizou-se a demanda de consumo sob o estímulo irresistível da propaganda massiva (Adroaldo Furtado Fabrício)*

sificadas, os quais versam sobre a definição das normas jurídicas de direito material aplicáveis a esse sem-número de situações;

A existência de demandas judiciais massificadas propostas contra a União não é sinal de que necessariamente há um erro de postura por parte do poder público no trato de questões tributárias. A inconformidade em massa de determinados contribuintes não pode nem deve ser tomada automaticamente como sinônimo de uma postura necessariamente equivocada por parte

da Administração Tributária;

Em um cenário como esse, o papel da PGFN, em um trabalho orquestrado e organizado, assume uma importância toda especial, ocupando posição de protagonista em um trabalho que deve ser pautado por estratégia e constante aperfeiçoamento, tanto no que se refere à capacitação dos profissionais envolvidos e das condições nas quais o trabalho é desenvolvido, quanto das ferramentas dispostas pelo sistema com vistas ao enfrentamento dos desafios inerentes a tal modelo de atuação.



## 2. O enfrentamento das demandas de massa pelo projeto de Novo Código de Processo Civil: entre os fins e os meios

A proposta de um Novo Código de Processo Civil é envolta por uma série de expectativas e desejos tanto da parte dos envolvidos na sua elaboração quanto por parte da comunidade jurídica<sup>3</sup>. Igualdade no tratamento dos jurisdicionados, garantia de segurança jurídica (vista como certeza em relação ao conteúdo das normas jurídicas a serem observadas em relações jurídicas de massa) e compromisso com a celeridade na oferta da tutela jurisdicional são noções envoltas em um projeto de processo que se propôs, desde o primeiro minuto, a ser pautado pela exigência de efetividade, isto é, um processo pautado por compromisso com determinados resultados.

Para que se torne possível atender às demandas próprias de uma pauta tão complexa e desafiadora, o legislador responsável pelo projeto de Novo Código de Processo Civil viu-se obrigado a conceber ferramentas condizentes com as proporções do desafio que se propôs a enfrentar. Nesse cenário, é possível observar - tanto na redação do anteprojeto originalmente apresentado ao Senado Federal<sup>4</sup> quanto naquela aprovada por aquela Casa legislativa<sup>5</sup> - a preocupação com a regulamentação de temas cruciais, dentre eles a

atuação da Advocacia Pública e o regime jurídico processual aplicável à Fazenda Pública. Cumpre registrar que a redação dos comandos legais que tratam do tema ganhou ainda mais em termos de sofisticação e detalhamento no substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados no fim de março deste ano<sup>6</sup>.

Dentre as novidades incorporadas pelo legislador que possuem potencial relevância para a atu-

É possível observar – tanto na redação do anteprojeto originalmente apresentado ao SF quanto naquela aprovada por aquela Casa legislativa – a preocupação com a regulamentação de temas cruciais, dentre eles a atuação da Advocacia Pública e o regime jurídico processual aplicável à Fazenda Pública

ação da Advocacia Pública em juízo, destaque especial deve ser dado à criação de um incidente de resolução de demandas repetitivas, considerado admissível, a teor do art. 988 do projeto de lei em questão<sup>7</sup>, nos casos em que se fizer “presente o risco de ofensa à isonomia e à segurança

jurídica, e houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito”. Trata-se de mecanismo pensado a partir do *Musterverfahren* alemão, pelo qual a decisão proferida por um tribunal assume a condição de precedente, ao qual vem emprestado caráter vinculante em relação aos demais órgãos jurisdicionais que atuem naquele mesmo âmbito de competência territorial<sup>8</sup>.

A dinâmica do incidente em questão é comprometida com o atendimento aos escopos antes anunciados. De acordo com o art. 990, § 1.º, I, do projeto de Novo Código de Processo Civil, uma vez admitido o incidente em questão pelo tribunal competente, determinar-se-á a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que estejam tramitando no Estado ou na região correspondente, suspensão essa que perdurará até que haja o seu julgamento. A obrigatoriedade de observância ao decidido no incidente de resolução de demandas repetitivas, por sua vez, consta do art. 521, I, bem como do art. 995, § 1.º, ambos do mesmo projeto de codificação.

A engenharia legislativa acima retratada (aqui exposta, evidentemente, apenas em suas linhas gerais) constitui-se em aprofundamento de uma política que vem ganhando espaço no ordenamen-

3 Consta da exposição de motivos do Projeto de Lei do Senado Federal nº 166/2010, que veiculou a primeira versão do projeto de novo Código de Processo Civil, que os trabalhos da comissão responsável pela sua elaboração foram pautados levando em conta cinco objetivos fundamentais, a saber: “1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e, 5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão”.

4 O texto originalmente apresentado ao Senado Federal tratava do tema nos arts. 94 e 95.

5 Na redação final do substitutivo ao Projeto de Lei nº 166/2010, aprovado pelo Senado Federal, o tema é tratado nos arts. 105 e 106.

6 É o que consta do texto da redação final do Projeto de Lei nº 6.025/2005, que tramitou em conjunto com o Projeto de Lei nº 8.046/2010, nos arts. 183 e 184.

7 As remissões feitas no corpo do texto em relação à redação de dispositivos legais do novo Código de Processo Civil levam em conta a redação final aprovada pela Câmara dos Deputados no final de março de 2014.

8 Sobre o modelo alemão, ver, por todos, CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento-modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, n. 147(2007): 123-146.

to jurídico brasileiro já faz algum tempo. Para dizer o mínimo, o Poder Judiciário brasileiro há mais de quinze anos já se depara com uma série de mecanismos processuais orientados em função de atribuir à orientação jurisprudencial estabelecida por determinados tribunais (em especial dos tribunais superiores!) o papel de guia da atuação da magistratura com vistas a um ideal de uniformidade. Isso pode ser visto, por exemplo, na redação dada ao art. 557 do Código de Processo Civil pela Lei n.º 9.756/1998, ou, ainda, no constante do art. 518, § 1.º, do mesmo diploma legal, com o texto disposto de acordo com a Lei n.º 11.276/2006. Nos últimos anos, essa tendência ganhou cada vez mais espaço graças à introdução de novos instrumentos como *verbi gratia*, a possibilidade de edição de súmulas vinculantes, a dinâmica de funcionamento da tramitação de recursos extraordinários dotados de repercussão geral e a técnica de tramitação de recursos especiais dotados de caráter repetitivo.

Esse aprofundamento comporta inúmeras dimensões possíveis de análise. Registra-se, aqui, além do já referido efeito vinculante das decisões proferidas no âmbito do referido incidente, o fato de que há previsão de sua tramitação em caráter prioritário, a teor do art. 996 e do art. 12, § 2.º, III, ambos da codificação processual civil projetada. A celeridade no julgamento do incidente em questão é fundamental para que se evite o surgimento de uma avalanche

de demandas individuais e coletivas pulverizadas ao longo do território no qual se dá a atuação do tribunal responsável pelo seu julgamento. A demora, pelos tribunais superiores, no julgamento de recursos extraordinários e recursos especiais dos quais resultam precedentes orientadores dos demais órgãos jurisdicionais (explicável por múltiplas razões, que não cabem nestas breves linhas) é, hoje, um dos grandes obstáculos à implementação de tratamento isonômico eficiente em relação

De certa maneira, a nova dinâmica projetada pelo legislador não soa tão distante à atuação da Advocacia Pública Federal de hoje em dia, que também vem propondo o enfrentamento da litigiosidade de massas

a demandas de massa e um dos fatores de fomento da indesejável insegurança jurídica.

Evidente que a simples previsão legal de mecanismo voltado à solução de demandas de massa não tem o condão de, por si só, solucionar todos os problemas presentes na vida daqueles que vivem a realidade forense do sem-número de processos judiciais em que se fazem presentes os entes públicos como parte. Não se deve ir de um

extremo ao outro, pensando que a reforma legislativa seria absolutamente onipotente, nem que a introdução de novos mecanismos seria simplesmente impotente em face dos desafios para os quais foi pensada<sup>9</sup>. Melhor é pensar que o efetivo sucesso de um modelo envolvendo a aplicação de precedentes dotados de caráter vinculante passa pela reelaboração das práticas adotadas pelo Poder Judiciário e pelos indivíduos que com ele dialogam<sup>10</sup>. Pensando nisso, o projeto de Código de Processo Civil veicula, dentre outras providências igualmente pertinentes, uma série de mecanismos voltados a permitir o controle quanto ao respeito ao precedente por parte dos magistrados que atuam nas demandas individuais, como, por exemplo, a possibilidade de apresentação de reclamação (art. 1000, IV).

### 3. Perspectivas de reflexos da reforma em questão relativamente à atuação da Advocacia Pública Federal em matéria tributária

Não há como antever todos os efeitos que exsurgirão de uma reforma legislativa monumental como a que envolve a edição de um Novo Código de Processo Civil. Não obstante isso, é possível identificar algumas linhas nas quais se vislumbra uma tendência de continuidade em relação ao cenário atualmente existente, bem como é possível projetar outras nas quais se observa a presença de rupturas pontuais.

De certa maneira, a nova dinâmica projetada pelo legislador

<sup>9</sup> Segue-se a lição de BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O futuro da justiça: alguns mitos. Revista de Processo, n.102 (2001): 141-151.

<sup>10</sup> Como lembram NUNES, Dierle José Coelho e LACERDA, Rafaela. Precedentes - Primeiras conexões com o princípio do contraditório como garantia de influência e não surpresa no CPC projetado. Revista Brasileira de Direito Processual, n.83 (2013): 27-62, "novas estruturas processuais e a aplicação de precedentes de maneira reiterada demandam dos operadores do Direito e da Doutrina uma reelaboração de suas práticas, adaptando-se à nova realidade".

não soa tão distante à atuação da Advocacia Pública Federal de hoje em dia, que também vem propondo o enfrentamento da litigiosidade de massas. Assim se conclui, especialmente, em se considerando o estabelecimento de orientações com vistas à dispensa de apresentação de contestação e de interposição de recursos em relação a determinados temas, caminhando, em muitos casos, lado a lado com o Poder Judiciário.

Uma diferença substancial a ser considerada diz respeito ao fato de que o estabelecimento dessas orientações produz impactos também na atuação dos principais clientes atendidos pelos Advogados Públicos Federais. Exemplo disso pode ser visto no constante do art. 19, § 4.º, da Lei n.º 10.522/2002, com a redação dada pela Lei n.º 12.844/2013, segundo o qual a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, não constituirá os créditos tributários em caso de existência de decisões proferidas em recursos extraordinários dotados de repercussão geral e de recursos especiais dotados de caráter repetitivo. Trata-se de providência que, corretamente aplicada, inibe o surgimento de novos conflitos em relação a uma série de relações jurídicas massificadas mantidas entre a Administração Tributária e os contribuintes.

O mérito de uma orientação nesse sentido consiste no fato de reconhecer que o enfrentamento de demandas de massa deve ser feito, primeiro e antes de tudo, mediante o emprego de mecanismos de prevenção. E, nesse ponto, cumpre



registrar que o sucesso na tentativa de minimizar o risco de surgimento de conflitos sociais envolvendo a Administração Pública em geral passa não só pela atenção redobrada quando da elaboração do texto da lei, mas também pelo cuidado no processo de interpretação que se venha a emprestar à letra da lei<sup>11</sup>. Somadas tais providências a eficientes mecanismos de difusão da informação que permitam ao contribuinte conhecer claramente o conteúdo de normas devidamente planejadas, tem-se que não só o volume de demandas propostas pelos contribuintes contra a Administração Tributária tende a diminuir, mas também vislumbra-se ganhos em sede de legitimação política e social, para além daquela inerente à autoridade própria de quem exerce o poder de tributar.

O novo cenário projetado em sede de resolução de demandas

repetitivas traz, também, a necessidade de cuidado especial no emprego de ferramentas que já vêm sendo utilizadas pela Advocacia Federal Tributária em sua atuação prática no emprego de precedentes judiciais. Fenômenos como o *distinguishing* e o *overruling*, que receberam atenção de parte do legislador no art. 521, §§ 5.º a 11, do projeto de Novo Código de Processo Civil, tendem a ganhar mais espaço no cenário pátrio. A presença do caráter vinculante das decisões judiciais proferidas no incidente de resolução de demandas repetitivas tende a atrair maior interesse de todos os envolvidos no debate processual individual no que se refere à forma como se dá o emprego de precedentes judiciais. ■

*Procurador da Fazenda Nacional lotado em Porto Alegre, RS. Mestre e Doutor em Direito pela UFRGS*

11 Não é demais lembrar as palavras de BAPTISTA DA SILVA, Ovídio A. Da função à estrutura. Revista de Processo, n.158 (2008): 9-19, ao anotar que “nosso tempo destruiu a esperança de que a lei tivesse um sentido tão permanente e constante como as verdades matemáticas. Consequentemente, a tarefa confiada aos juízes de descobrir a ‘vontade da lei’ tornou-se uma trágica quimera. Sabemos, na prática, que nem juízes nem advogados acreditam mais nesse sonho, de resto tenebroso, sonho de tiranos, supostamente agraciados com poderes sobre-humanos para produzir – em linguagem unívoca – o direito perfeito, portanto imutável”.

# Matéria aguarda votação no plenário

Depois de obter uma importante vitória com a aprovação do parecer do relator na Comissão Especial da Câmara, entidades representativas das Carreiras pressionam pela apreciação da matéria no plenário da Casa

A proposta que prevê autonomia para os Advogados Públicos continua avançando na Câmara dos Deputados, sob os olhares atentos e mobilizados do SINPROFAZ e demais entidades que integram o Movimento Nacional pela Advocacia Pública. Um grande passo foi a aprovação unânime, no dia 7 de maio último, do parecer apresentado pelo relator (deputado Lelo Coimbra) da PEC n.º 82/2007 na Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para examinar o mérito da matéria.

A proposta, que ganhou o nome de PEC da Proibição, trata da autonomia dos Advogados Públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Quando aprovada no Congresso, a PEC n.º 82/2007 representará mais independência na atuação dos Advogados Públicos, sem interferências políticas dos governantes. Dentre outras funções, os profissionais prestam assessoramento jurídico para a Administração Pública brasileira. Ou seja, são atribuições do Advogado Público a consultoria jurídica, a defesa judicial e o exame prévio da legalidade dos atos e contratos administrativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, ressaltou que a vitória é fruto de um trabalho que vem sendo feito há bastante tempo pelo Sindicato, em convergência com as demais entidades que representam a Advocacia Pública. "Vamos continuar atuando de forma resolutiva para alcançar a autonomia da Advocacia", destacou.



Movimento Nacional pela Advocacia Pública em audiência com o presidente da Câmara

## Ordem do Dia

Logo depois da aprovação da PEC n.º 82/2007 na Comissão Especial, os integrantes do Movimento Nacional pela Advocacia Pública retomaram o trabalho na Câmara dos Deputados, desta vez visando a assegurar a inclusão da matéria na Ordem do Dia da Casa. No dia 28 de maio, os representantes do Movimento foram recebidos em audiência pelo presidente Henrique Eduardo Alves, a quem fizeram formalmente o pedido.

O presidente da Câmara mostrou-se receptivo às considerações dos representantes do Movimento e comprometeu-se a incluir em pauta a PEC 82, o que deve ocorrer no fim do recesso parlamentar devido às eleições gerais deste ano.

Cabe acrescentar que, reforçando a ação do MNAP, os deputados Fábio Trad (PMDB-MS), João Campos (PSDB-GO), Alice Portugal (PCdoB-BA), Policarpo (PT-DF), Amauri Teixeira (PT-BA), Wellington Roberto (PR-PB) e Andréia Zito (PSDB-RJ) apresentaram requerimentos solicitando a inclusão da Proposta na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados.

Foto: Ag. Câmara



Sintetizando artigo de autoria do presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, que pode ser lido nas páginas seguintes, o deputado Eliene Lima (PSD-MT) fez pronunciamento no plenário da Casa em defesa da rápida votação da PEC

## Apoios

Além dos representantes do Movimento Nacional pela Advocacia Pública, compareceram à audiência com Henrique Eduardo Alves o deputado federal Lelo Coimbra; o presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Norte (ASPERN), Wilkie Rebouças; o presidente da OAB/DF, Ibaneis Rocha; e a presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB, Elisa Galante.

Nos dias subsequentes, dando continuidade à mobilização pela rápida apreciação da PEC n.º 82/2007 no plenário da Câmara, os dirigentes do SINPROFAZ colheram o apoio de diversos parlamentares, dentre eles os deputados Vicentinho (PT-SP), líder do PT na Câmara, Efraim Filho (DEM-PB) e André de Paula (PSD-PE). ■



Heráclito Camargo\*

# A PEC da Probidade e do Fortalecimento da Gestão Pública

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou as “Funções Essenciais à Justiça”, no Título IV, Capítulo IV, da Organização dos Poderes. São elas o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e a Defensoria Pública.

De todas as Funções Essenciais à Justiça, apenas a Advocacia Pública ainda pugna pela institucionalização de uma autonomia estruturante. E o faz por meio da PEC 82, de 2007, de autoria do magistrado e político brasileiro Flávio Dino, figura de notável saber jurídico e grande descortino político.

A Proposta de Emenda à Constituição, PEC 82, ficou conhecida como a PEC DA PROBIDADE, porque busca auxiliar o gestor público a conferir a formatação constitucional e legal às políticas públicas.

O texto enxuto e escoreito da PEC 82 é a segurança de que precisam os gestores públicos e a sociedade brasileira para que as políticas públicas avancem a passos seguros e respaldados, quanto à juridicidade, racionalidade, uniformidade e à defesa do patrimônio público, da justiça fiscal, da segurança jurídica e das políticas públicas.

Para isso, o Congresso Nacional assegurará de forma singela e simples as autonomias administrativa, orçamentária e técnica

à Advocacia Pública, além da iniciativa de organização dos seus quadros e de propostas orçamentárias anuais, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nesse sentido, durante alentadas audiências públicas e reuniões nos Estados, restou evidente que se cuida de assunto de Estado, que colocará o Brasil no patamar desejado pelo Constituinte de 1988, que conferiu simetria às Funções Essenciais à Justiça.

Por evidente, para acionar o Poder Judiciário a Advocacia Pública precisa de paridade de prerrogativas com aqueles que litigam contra o Estado. Assim, é chegado o momento de o Parlamento fornecer àqueles que defendem os Entes Públicos a institucionalização suficiente para enfrentar quem desafia judicialmente as políticas públicas.

Historicamente, o Estado brasileiro estruturou as instituições que com ele litigam, porém esqueceu-se de fornecer o aparato institucional àqueles que o defendem.

Entretanto, a partir de 2013, retomada essa discussão, parlamentares de todos os partidos fizeram um debate emocionante sobre a PEC 82, porque perceberam que o Brasil ganha, as políticas públicas avançam e a sociedade é premiada com a estruturação definitiva da Advocacia Pública, no exercício de políticas públicas de governos

democraticamente eleitos.

Dessa forma, temos a desejável, mas nem sempre possível, situação de ganha-ganha: a sociedade ganha com a garantia de que as políticas públicas serão implementadas de forma célere e segura, e os gestores públicos ganham uma defesa institucional com paridade de armas para preservar as escolhas políticas legítimas e impedir com maior propriedade tentativas de solapamento de mandatos legitimamente conferidos por meio das urnas.

A Advocacia-Geral da União é o exemplo da excelência dos Advogados Públicos na defesa das políticas públicas do governo federal, mas é também exemplo das carências estruturais e de prerrogativas, que a PEC 82 resgata em boa hora, quando a sociedade pede por transparência e lisura no trato da coisa pública.

Então, quem seria contra uma PEC que defende a probidade nas políticas públicas?

A resposta será dada em breve.

Pois, cada vez mais amadurecido o debate, a PEC DA PROBIDADE deve ser levada ao Plenário pelas mãos de parlamentares experientes e resolutos, a fim de que, democraticamente decidamos se a Carta Magna merece, depois de mais de 25 anos, o complemento necessário para o fechamento de um ciclo: a autonomia qualificada e dimensionada da Advocacia

Pública do Brasil, que dá provas cotidianas de seu compromisso com a juridicidade, a racionalidade, a uniformidade e a defesa do patrimônio público, da justiça fiscal, da segurança jurídica e das políticas públicas.

Ao longo desse frutuoso percurso, vários parlamentares experientes deram depoimentos relevantes sobre a importância da valorização e estruturação das Procuradorias públicas para preservar o gestor de ataques injustos de órgãos e instituições, que se pretendem virtuais cogestores de políticas públicas.

Pois a Advocacia Pública do Brasil estruturada por meio da PEC 82 ensejará maior tranquilidade para o gestor público e maior eficiência para o Estado brasileiro.

É com esse espírito desarmado, mas resoluto, que a Advocacia Pública do Brasil espera debater e aprovar no Congresso Nacional uma PEC DA PROIBIDADE para um país mais moderno, eficiente e que preze os dinheiros públicos, conferindo o selo de garantia da constitucionalidade e da legalidade às políticas públicas escolhidas pelos governantes eleitos democraticamente.

Com a palavra o Parlamento brasileiro, que deu uma demonstração inequívoca de amadurecimento e serenidade ao aprovar por unanimidade a PEC 82 na Comissão Especial, sob a liderança sóbria e segura de Estadistas de nossa Política.

A Política não pode ser vilanizada. A Política deve ser preservada. E as políticas públicas são preser-

vadas na atuação compromissada e serena da Advocacia Pública do Brasil e na defesa e aceleração dessas políticas.

Que venha o debate ativo e que a PEC 82, a PEC DA PROIBIDADE E DO FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, seja aprovada para a construção de um país com instituições fortes e com um futuro inescapavelmente brilhante e digno.

Para tanto, o Parlamento possui um parecer impecável do deputado federal Lelo Coimbra, que nos brinda com um desfile do Direito Constitucional pátrio e com a esperança renovada no reconhecimento tardio, mas necessário, da Advocacia Pública do Brasil. ■

*\*Presidente do SINPROFAZ*

## Novos representantes da Carreira no CSAGU

Em eleição ocorrida no último dia 10 de junho, os PFNs Omar Inês Sobrinho (titular) e Paulo Renato Gonzales Nardelli (suplente) foram escolhidos para representar a Carreira de Procurador da Fazenda Nacional no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União (CSAGU) nos próximos dois anos.

A Diretoria do SINPROFAZ parabeniza todos os Colegas que participaram do processo eleitoral e deseja uma gestão de pleno êxito aos eleitos.

## PFN é nomeado para cargo estratégico do governo federal

Conforme decreto publicado no *Diário Oficial da União* do dia 10 de julho, o Procurador da Fazenda Nacional Jorge Messias foi nomeado subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, um dos cargos mais estratégicos do governo federal.

Compete à Subchefia opinar sobre o mérito, a oportunidade e a conveniência de todos os atos submetidos à Presidente da República, inclusive projetos de lei e medidas provisórias, com o objetivo de compatibilizá-los com



as diretrizes de governo.

Com a experiência de quem foi chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia e secretário de Regulação do Ensino Superior do Ministério da Educação, Jorge Messias acompanha o ministro Aloizio Mercadante como auxiliar estratégico na coordenação do governo.

Ele substitui o doutor Luiz Alberto dos Santos, uma das maiores autoridades em Administração Pública do governo federal. O SINPROFAZ deseja sorte e êxito ao Colega nessa nova e desafiadora missão.

# Atividades intensas e a pleno vapor

Importantes ações vêm sendo implementadas paulatinamente, tais como a recente criação do novo canal de comunicação [juridico@sinprofaz.org.br](mailto:juridico@sinprofaz.org.br) e o envio de correspondência individualizada aos filiados

Desde o dia 20 de maio último, o novo endereço eletrônico da Diretoria Jurídica passou a ser o canal oficial do SINPROFAZ para o encaminhamento das solicitações dos filiados que anseiam por esclarecimentos quanto às ações judiciais em que figuram como substituídos.

Tão logo recepcionadas, as solicitações são registradas e encaminhadas aos profissionais contratados, que as respondem no prazo de 15 dias. O controle do recebimento das demandas e do subsequente atendimento é tarefa de suma importância para a avaliação do fluxo das solicitações e para a aferição do retorno conferido, de forma atenciosa, a cada solicitante.

Recentemente, após a conclusão do mapeamento das execuções referentes à tese dos “28,86%” pelo novo escritório contratado, o SINPROFAZ comunicou aos filiados, por correspondência individualizada, a existência de precatórios pagos (com valores depositados em instituição bancária) ou expedidos, cabendo aos que ainda não foram contemplados aguardar o deslinde das respectivas execuções em que figurem como exequentes substituídos, mormente considerando que a situação processual de cada uma delas é diferenciada e com diversas peculiaridades.

O novo escritório tem se empenhado com afinco no diligenciamento dos processos judiciais do acervo oriundo da sucessão, observando as prioridades fixadas no final de 2013, isto é, as duas principais ações de férias e as execuções referentes à tese dos 28,86%.

Outrossim, vale assinalar que o Juízo da 7.<sup>a</sup> Vara Cível do Distrito Federal passou por sensível reversão de entendimento, o que traduz considerável progresso em prol das teses do SINPROFAZ, destacando-se, dentre outras, a inclusão do pro-labore (que integrava a remuneração dos Procuradores no período discutido) na base de cálculo para aferição do *quantum debeatur*.

## Precatórios

No tocante à expedição de alguns precatórios dos valores atinentes à parte incontroversa admitida pela União nos Embargos do Devedor, não obstante as dificuldades do semestre de 2014, notadamente a transição dos causídicos contratados, os entraves representados pelos feriados e a realização da Copa do Mundo, os Advogados lograram êxito com a expedição daqueles que estavam “em termos”, sendo que o próximo passo será a agilização dos demais

casos que, infelizmente, ainda não reuniam condições para tanto naquele momento.

Nessa toada, entre inúmeras tarefas simultaneamente assumidas, os atuais advogados do SINPROFAZ têm desenvolvido e empreendido excelente trabalho de convencimento junto às Turmas do TRF1, especialmente no sentido de propiciar a reinclusão dos transatores para que recebam os valores remanescentes, sendo desconsiderada eventual “quitação” oriunda do termo de acordo firmado com



a Administração, conforme vem sendo sustentado pela União, sinalizando-se, aqui, possível mudança de entendimento.

Sem prejuízo do tema, é oportuno relatar e enfatizar, nesta passagem, a significativa vitória em recente julgamento da Ação Rescisória promovida pela União, no âmbito do STJ, que visava a desconstituir decisão proferida em ação individual de um grupo de Procuradores do Estado da Paraíba, que reconheceu aos autores o direito ao recebimento de VPNI prevista pela MP n.º 43, de 25 de junho de 2002, convertida na Lei n.º 10.549, de 13 de novembro de 2002. Na oportunidade, o concurso do SINPROFAZ, por meio de pontual atuação de seus Advogados, foi de fundamental relevância para a sensibilização dos Ministros e, por conseguinte, para o exitoso resultado noticiado.

Ainda na esteira da consolidação da conhecida tese da "VPNI" em nível nacional, a Diretora Jurídica do Sindicato acompanhou pessoalmente a filiada Maria Cecília Leite Moreira em recente visita aos Desembargadores do TRF3, em especial à Vice-Presidente do Tribunal, Desembargadora Cecília Marcondes, para a apresentação de memoriais e para destacado trabalho de convencimento, considerando-se o insubsistente e delicado entendimento daquela Corte.

Os resultados dessa empreitada rapidamente se apresentaram, já podendo ser constatados por meio dos despachos de inadmissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário nos autos de n.º 0004904-72.2003.4.03.6100, conforme registro lançado no sítio do TRF3 em 3.7.2014. ■

## PFNs avaliam atuação do Jurídico

Parabenizo pelo excelente trabalho na questão dos precatórios, uma belíssima atuação do SINPROFAZ!

*Hugo Hoeschl (PFN-SC)*

Caros colegas,

Dia desses, o Waller postou na Lista mensagem agradecendo à Dr.ª Maria Regina pelos novos ventos na condução de ações judiciais, de ativos e aposentados, antes cristalizadas nos tribunais superiores e a cujo respeito os patronos nada informavam.

Li, fiquei feliz com o justo elogio, e só. Agora, vejam!:

Dias após obter do Jurídico do SINPROFAZ informações das providências adotadas pelo novo escritório a pedido da atual gestão, eis que recebo ligação telefônica da incansável Colega pois, palavras dela, entendeu que eu não havia ficado totalmente satisfeita com as explicações anteriores. Ato contínuo, atualizou-me, em tom otimista, acerca das novas estratégias.

Dra. Maria Regina: gestos assim não têm preço. Permaneça conosco!

*Gratíssima,*

*Silma Renilda Duarte de Souza (PRFN5)*

Prezada Dr.ª Maria Regina,

Encaminho-lhe, para conhecimento, andamento atualizado do processo n.º 2003.61.00.004904-0, do qual sou parte integrante, tendo por objeto o recebimento da Vantagem Individual Nominalmente Identificada – VPNI, prevista no artigo 6.º da Lei n.º 10.549/2002, constando que em 3.7.2014 foi proferida Decisão pela inadmissibilidade do Recurso Especial e Recurso Extraordinário interpostos pela UNIÃO (AGU), cf. SISTEMA PUSH do E. TRF-3ª REGIÃO.

Creio ser um precedente importantíssimo do C. TRF da 3.ª Região, consolidando em mais uma oportunidade o entendimento jurisprudencial dominante sobre a matéria.

Registro agradecimentos à Diretoria Jurídica do SINPROFAZ e à Dra. Maria Cecília Leite Moreira (que nos lê por cópia), em razão dos MEMORIAIS EM DEFESA DA TESE DA VPNI ESTABELECIDADA PELO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 10.549/2002, distribuídos perante as Turmas e Vice Presidência do E. TRF-3.ª Região.

*Saudações cordiais*

*Patrícia Mara dos Santos (PRFN3)*

Prezados,

Muito grato pela ajuda na forma das informações obtidas junto aos advogados do SINPROFAZ. Serão de grande valia para minha manifestação nos autos da ação individual.

*Cordialmente,*

*Leonardo A L Costa (PFN Juiz de Fora, MG)*

Prezados,

Agradeço a atenção e o pronto atendimento. (A Colega refere-se ao pedido de informações sobre a ação dos 28,86%.)

*Diana Valéria Lucena Garcia (PRFN3)*



# Advocacia Pública Federal pressiona, mas governo permanece impassível

No primeiro semestre, SINPROFAZ participou de audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e de ato público no MPOG, para cobrar resposta às reivindicações da Carreira

Cerca de 200 membros da Advocacia-Geral da União concentraram-se em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no último dia 7 de maio (fotos), com o objetivo de protestar contra o descaso do governo em relação aos pleitos das Carreiras, dentre eles a possibilidade de antecipação do reajuste de 5,1% e a implantação do reajuste do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar.

O cumprimento das disposições do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a criação da carreira de apoio na AGU e o engajamento do governo para a destinação dos honorários de sucumbência às Carreiras também são itens da pauta da campanha salarial de 2014 da Advocacia Pública Federal.

A mobilização do dia 7 de maio reuniu dirigentes de todas as entidades que integram o Movimento Nacional pela Advocacia Pública Federal – ANAJUR, ANAUNI, ANPAF, ANPREV, APBC, SINPROFAZ e UNAFE – e foi motivada pela indignação ante o descaso do governo federal com as reivindicações da Advocacia Pública Federal.

Prova desse descaso é o fato de que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, sequer respondeu ao ofício no qual as entidades





solicitaram a abertura de Mesa de Negociação. Além disso, em audiência pública promovida no último dia 15 de abril para tratar da campanha salarial dos servidores públicos federais, na Câmara dos Deputados, o secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, repetiu a argumentação inconsistente do governo segundo a qual o esforço fiscal deixa muito pouca margem para negociação. Talvez, afirmou Mendonça, exista alguma margem para a correção das verbas indenizatórias.

No pronunciamento aos manifestantes, o presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, assinalou que o Ministério parece desconhecer a importância do trabalho realizado pela Carreira. Ele levantou a questão do sucateamento da AGU. "Somos responsáveis por garantir a legalidade das políticas públicas e atuar no combate à corrupção. Exigimos respeito do governo e prioridade aos nossos pleitos, como a recomposição salarial, a criação da carreira de apoio, dentre outros", destacou.



Presidentes do SINPROFAZ e da UNAFE em audiência pública na Câmara dos Deputados

### Má vontade

A enorme má vontade do governo para atender os pleitos do funcionalismo da União é ressaltada pelo analista político e assessor parlamentar do SINPROFAZ Antônio Augusto de Queiroz. Ele lembra que os pontos negativos para os servidores são muitos e intensos, a começar pela adoção da previdência complementar. "O maior golpe contra o funcionalis-

mo federal porque, além de pôr fim à paridade e a integralidade, quebrou a solidariedade entre os servidores com esses direitos e os novos servidores, entendidos como tais aqueles que foram admitidos a partir de 4 de fevereiro de 2013 ou vierem a ingressar no serviço público da União a partir de agora."

Antônio Augusto opina também que o descaso com os servidores federais do Poder Executivo

é maior ainda. “Estes, além de terem uma média salarial menor e benefícios que correspondem à metade dos concedidos aos servidores de outros poderes e órgãos (exemplos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União), como são os casos do auxílio-alimentação, auxílio-creche e diárias, esses benefícios ainda estão sem atualização em 2014 no Poder Executivo, diferentemente dos pagos pelos outros poderes e órgãos”.

Segundo o assessor parlamentar, a recusa em negociar ou deixar pautar no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 555/2006, que extingue de forma gradual a contribuição dos inativos, é outro ponto que desagrade profundamente aos servidores ativos e principalmente aos aposentados e pensionistas da União.

Na opinião de Antônio Augusto de Queiroz, “alguém precisa alertar a presidente Dilma sobre a insatisfação do funcionalismo, porque se depender da equipe econômica (Fazenda, Planejamento e Banco Central) nada será concedido aos servidores, nem mesmo os direitos já assegurados em lei,

mas pendentes de implementação, casos da correção dos benefícios e da regulamentação do adicional de fronteira”.

### Um trilhão para a dívida pública

Na opinião do SINPROFAZ, a falácia da falta de recursos para o não atendimento das reivindicações dos servidores não se sustenta mais, pois estão separados 1 trilhão de reais ao desvio sistematizado de recursos públicos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna, com juros escorchantes praticados pela gestão temerária do governo, em óbvio benefício de poucos, mas em detrimento das políticas públicas e da estruturação das Carreiras Públicas, que arrecadam e prestam serviços à população.

Essa irresponsabilidade fiscal é escondida sob o artifício “criativo” do superávit primário, invenção brasileira, mecanismo canalha, que engana a população brasileira.

O SINPROFAZ tem denunciado esse engodo em todos os foros, até que haja a estruturação e a valorização da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Advocacia-Geral da União. ■

*“A despeito do período atípico, com a realização da Copa e as eleições, sempre é tempo de buscar o fortalecimento das Carreiras de Estado. (...) Além disso, deve ser obrigação de todos os candidatos discutir esse tema. Eles devem apresentar suas propostas para que possamos discutilas e apresentar as nossas.”*  
PFN Juscelino Ferreira

*Sempre é tempo para se fazer justiça com a Advocacia Pública, principalmente diante da mobilização dos colegas, como no dia de hoje. Trabalho na ponta e o grande problema é a falta de estrutura e de estímulo para se trabalhar adequadamente. Sou otimista e acho que cedo ou tarde vão reconhecer a importância da Advocacia Pública.”*  
PFN Paulo Times

## 14.º Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

Costão do Santinho/SC - 27 a 30 de novembro de 2014



# Movimento Nacional homenageou deputados Fábio Trad e Paulo Teixeira

*Parlamentares recebem os agradecimentos das entidades pelos serviços em defesa do fortalecimento das instituições públicas brasileiras. Eles estão entre os numerosos amigos da Advocacia Pública no Parlamento*

O incansável empenho dos deputados federais Fábio Trad (PMDB-MS) e Paulo Teixeira (PT-SP) em defender na Câmara as causas da Advocacia Pública obteve mais uma vez o reconhecimento do SINPROFAZ e demais entidades que integram o Movimento Nacional pela Advocacia Pública, desta vez em recentes homenagens públicas.

A homenagem a Fábio Trad ocorreu em Campo Grande/MS, no último dia 30 de junho, durante o III Congresso Regional de Procuradores de Estado do Centro-Oeste e Tocantins, com a presença de entidades nacionais representativas da Advocacia Pública Federal, estadual e municí-

pal. O presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, participou da homenagem, assim como outros Colegas PFNs.

O deputado Paulo Teixeira foi homenageado no último dia 16 de junho, durante almoço na sede da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo, com a presença do presidente do SINPROFAZ, Heráclio Camargo, das diretoras do Sindicato Maria Regina Dantas de Alcântara e Helena Marques Junqueira, e demais representantes das entidades da Advocacia Pública federal, estadual e municipal. O presidente da OAB/SP, Marcos Costa, também participou da solenidade.

Durante o evento, os dirigentes

ressaltaram o comprometimento do parlamentar para garantir os honorários de sucumbência aos Advogados Públicos, quando relatou o projeto do Novo Código de Processo Civil no plenário da Câmara, e também em outras pautas prioritárias para as Carreiras como a PEC 82/2007, que confere autonomia e prerrogativas à Advocacia Pública.

Para a Diretoria do SINPROFAZ, a exemplar atuação do deputado Paulo Teixeira demonstra uma visão avançada de Estado, pela qual a Advocacia Pública seja exercida com independência técnica e em condições condizentes com a sua relevância para a eficiência da gestão pública.



PFN Ronilde Pellin, Procuradora-Chefe da Fazenda Nacional no Estado do MS, e o homenageado Fábio Trad (PMDB-MS)



Dirigentes do SINPROFAZ fizeram questão de prestigiar a homenagem ao deputado Paulo Teixeira

# Outros amigos da Advocacia Pública

Além dos deputados Paulo Teixeira, Fábio Trad e Paulo Rubem Santiago (PDT-PE, homenageado na edição n.º 18 da Revista Justiça Fiscal), o SINPROFAZ aproveita para homenagear a seguir outros parlamentares amigos da Advocacia Pública, pelo compromisso e empenho que têm demonstrado no Parlamento em favor das diversas causas e reivindicações defendidas pela Carreira de Procurador da Fazenda Nacional.

## Deputado Lelo Coimbra Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Médico sanitário, foi secretário de Saúde, chefe da Casa Civil e Secretário de Educação de Vitória, ES. Foi também vice-governador do Estado do Espírito Santo. Em 1995, assumiu o mandato de deputado estadual e, desde 2003, é deputado federal. Com importante trabalho no parlamento brasileiro, participando de diversas comissões, o deputado Lelo Coimbra destaca-se como amigo dos Procuradores da Fazenda Nacional, defendendo as causas de interesse da Carreira e do Estado brasileiro.



Lúcio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

## Deputado Efraim Filho (DEM-PB)

O deputado federal Efraim Filho vem de uma tradicional família política do estado da Paraíba. Filho do senador Efraim Morais, é neto e bisneto de políticos paraibanos. Militou na política desde muito jovem e aos 27 anos já era deputado federal. Advogado, com especialização em Direito do Consumidor, sempre teve participação em diversas Comissões na Câmara. Sempre mostrou-se disposto para trabalhar ativamente pela melhoria da Advocacia Pública no Brasil.



Luis Macedo / Câmara dos Deputados

## Deputado Alessandro Molon (PT-RJ)

O deputado é mineiro, porém começou na política no Rio de Janeiro. Formado em Direito e História, cursou mestrado em História na Universidade Federal Fluminense. Foi eleito deputado estadual em 2002 e reeleito em 2006. Sua atuação no parlamento fluminense caracterizou-se pela veemente oposição à governadora Rosinha Garotinho e pela defesa dos Direitos Humanos. Foi presidente da comissão dos Direitos Humanos da Alerj por duas oportunidades. Eleito deputado federal em 2010, levou sua luta para o Congresso Nacional, onde se destaca como um dos parlamentares mais atuantes. Em seu trabalho como parlamentar, sempre deu atenção às demandas dos Advogados Públicos.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

## Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá, 69 anos, está em seu 7.º mandato na Câmara Federal. Foi deputado constituinte. Foi secretário de Esportes e de Governo do Estado de São Paulo. Um dos maiores especialistas em regimento do Congresso Nacional, foi fundador da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública. É reconhecido como o deputado dos aposentados, pensionistas e idosos. Em sua extensa atividade parlamentar consta a participação em inúmeras comissões permanentes, especiais e de inquérito. É mais um parlamentar que reconhece a importância do trabalho dos Advogados Públicos, tem ciência de suas dificuldades e apoia suas reivindicações.



Beto Oliveira/Câmara dos Deputados

Deputado Rubens Bueno (PPS-PR)



Gustavo Lima / Câmara dos Deputados

Integrante do PPS-PR, o deputado federal Rubens Bueno, 66 anos, foi secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social do Paraná e prefeito de Campo Mourão, PR. Foi deputado estadual de 1983 a 1991, quando foi eleito para a Câmara Federal. Está em seu 3.º mandato. No Congresso Nacional, é considerado um dos 100 parlamentares mais influentes. Em missões oficiais da Câmara dos Deputados, viajou por todos os continentes. Foi titular ou suplente de diversas comissões da Casa, permanentes ou especiais. É um parlamentar que atua firmemente na defesa dos interesses do país e dos trabalhadores. Demonstra uma disposição firme no trabalho por uma Advocacia Pública de Estado, escutando e defendendo as bandeiras levantadas pela Carreira.

Deputado Beto Albuquerque (PSB-RS)



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Formado em Direito pela Universidade de Passo Fundo, RS, onde iniciou sua militância política, o deputado federal Beto Albuquerque, 51 anos, foi eleito deputado estadual em 1990, cumprindo dois mandatos. Candidatou-se a deputado federal em 1998 e foi também eleito. Aparentado pelo Diap como um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, é líder do PSB na Câmara dos Deputados. Membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entre outras, atuou também nas comissões especiais de Combate à Pirataria e Reforma Tributária. Sempre mostrou disposição para abraçar as justas demandas dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)



Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

A deputada federal Alice Portugal iniciou sua militância política na década de 1970, no movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia. Teve importante participação na reconstrução da União Nacional dos Estudantes. É filiada ao Partido Comunista do Brasil desde 1979. Foi eleita deputada estadual e cumpriu dois mandatos entre 1995 e 2003, quando assumiu uma cadeira de deputada federal na Câmara Federal. Está em seu terceiro mandato. É uma aguerrida defensora dos direitos da mulher. Participou de diversas comissões e foi dirigente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público. Esteve sempre acessível para receber os PFNs e abraçar suas causas. Integrou a Comissão Especial que analisou e aprovou o texto da PEC 82.

Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) reafirma compromisso com a Advocacia Pública



Em reunião ocorrida no Recife com os representantes do SINPROFAZ, UNAFE, ANPAF e Associação dos Procuradores Municipais, o deputado Bruno Araújo, vice-líder nacional do PSDB, reiterou o compromisso com a pauta da Advocacia Pública perante a Câmara dos Deputados, mostrando-se, inclusive, muito preocupado com “o uso político da AGU e a falta de gestão que impede o aproveitamento de todo o potencial de tão nobre Instituição”. A atuação exemplar do deputado o coloca, sem dúvidas, entre os parlamentares “Amigos da Advocacia Pública”. ■

# O sindicalismo deve participar do processo eleitoral?



Antônio Augusto de Queiroz\*

O movimento sindical, como um dos mais importantes agentes políticos e sociais do país, tem a obrigação de participar ativamente do processo eleitoral; afinal de contas, estão em disputa projetos de governo e de poder que afetam positiva ou negativamente seus representados.

Não pode nem deve se omitir desse debate, sob pena de negligenciar a defesa dos interesses dos assalariados – trabalhadores do setor privado, servidores públicos e aposentados e pensionistas – e dos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários da classe trabalhadora, entre outros.

Aliás, uma das missões da organização sindical é exatamente a politização – de forma constante e sempre visando à consciência política – da classe trabalhadora. Deve, todavia, ter o cuidado de não partidizar o movimento, porque, além de dividir os trabalhadores, a entidade sindical que age orientada exclusivamente por partido político pode perder sua capacidade classista na ação sindical e até afugentar os trabalhadores da entidade.

O setor patronal e o mercado financeiro apoiam candidatos identificados com seus pleitos, inclusive com financiamento de campanha. E entre os pleitos deles estão a flexibilização ou precarização de direitos, a redução de direitos previdenciários e a fragilização do movimento sindical.

Frente a esse quadro, por que

os sindicatos de trabalhadores e servidores não deveriam apoiar candidatos? É verdade que a legislação proíbe doação de campanha por entidade de classe, mas o apoio não se limita às doações. Existem várias formas de apoiar e defender os candidatos pró-trabalhadores.

Se, em circunstâncias normais, os trabalhadores e suas entidades deveriam apoiar e fazer campanha para candidatos identificados ou oriundos do movimento sindical, por que deixariam de fazê-lo numa eleição em que a investida neoliberal sobre seus direitos está prenunciada?

As entidades sindicais, que são instituições eminentemente políticas e de formação social, têm que participar do processo eleitoral sim. Elas, embora devam priorizar o atendimento das demandas, pleitos e reivindicações de seus associados, devem atuar em favor de políticas públicas e do processo democrático, que vão além da luta meramente corporativa no local de trabalho.

Nunca é demais lembrar que as lideranças sindicais e suas entidades lutam contra algo (ação reativa) ou a favor de algo (ação propositiva) e o fazem em várias dimensões e instâncias nas quais temas de interesse da classe trabalhadora estejam em debate ou dependam de deliberação.

Nesse sentido, o processo eleitoral é fundamental porque é nele que, simultaneamente, se elegem os representantes e se definem os pro-

jetos e programas de governo. Ou seja, é o momento da legitimação de propostas e programas ou diretrizes a serem implementadas pelos futuros legisladores e governantes e não podemos, por omissão, permitir que propostas contra os interesses dos trabalhadores sejam referendadas pelas urnas.

Logo, a participação dos trabalhadores, dos militantes e dirigentes sindicais no processo eleitoral, mais do que um dever cívico e moral, é uma necessidade para exigir compromisso programático dos candidatos com as causas sociais de interesse da classe trabalhadora, no período de campanha, e prestação de contas, quando do exercício do mandato.

A política de recuperação do salário mínimo, por exemplo, só terá perspectivas de renovação a partir de 2016 se estiver explicitada no programa eleitoral do próximo ou próxima Presidente da República, assim como a redução da jornada e a mudança do fator previdenciário.

Por tudo isto, a participação no processo eleitoral do movimento sindical, de forma suprapartidária e com unidade de ação em torno dos temas comuns, será não apenas uma necessidade e uma tarefa fundamental, como uma questão de sobrevivência política do movimento. ■

\*Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

## Serviço disponibiliza ao público interno e externo informações sobre o trabalho do órgão

Há quatro anos disponível na página da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet, o serviço “PGFN em Números” contém as informações necessárias para se conhecer um pouco mais o trabalho dos Procuradores e a estrutura do Órgão. Com a chegada do PFN Luiz Fernando Jucá Filho, que há um ano assumiu a Diretoria de Gestão Corporativa, o trabalho foi incrementado e ampliado. Acessando o PGFN Em Números, pode-se encontrar o número de Procuradores, de servidores, de unidades e de processos em tramitação, além de valores resultantes da atuação dos Procuradores da Fazenda Nacional junto ao STF, ao STJ e ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), entre outras informações.

O trabalho é bem detalhado e está disponível tanto para o público interno quanto para o público externo. Segundo Jucá, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional trabalha, por princípio, com um conceito de transparência na gestão. “A PGFN tem que se conhecer. Dentro da própria Procuradoria não há um conhecimento exato do que somos em termos numéricos. Por isso, a ideia é ir sempre aprimorando o trabalho, para que os próprios Procuradores possam se ver e quantificar os números de seu trabalho como um todo. Mas temos também que ser mais conhecidos pela sociedade. O foco do serviço público é a sociedade. E a sociedade tem que se dar conta de que o nosso trabalho não é autocentrado. As pessoas querem ter um serviço público de qualidade e nós temos que mostrar que prestamos um serviço público de qualidade”, afirma.



“Temos que mostrar para a sociedade que as melhorias que nós queremos, as questões corporativas pelas quais brigamos, vão resultar em benefício para a própria sociedade.”

*Luiz Fernando Jucá Filho, diretor de Gestão Corporativa da PGFN, coordenador do PGFN em Números*

O PGFN em Números mostra, por exemplo, que no ano passado a União deixou de perder mais de 51 bilhões de reais apenas nas ações que discutiram a correção monetária das demonstrações financeiras das empresas brasileiras com coligadas e controladas no exterior e a inclusão da CSLL na apuração da base de cálculo do IRPJ e da própria CSLL. No CARF, a atuação da PGFN resultou em aproximadamente 17,1 bilhões de reais em lançamentos integralmente mantidos e R\$ 32,8 bilhões em lançamentos parcialmente mantidos.

Apesar de expressivos, os números do desempenho da PGFN ainda são acanhados. De acordo com o coordenador do PGFN em Números, esses números poderão ser até dez vezes maiores quando forem monitoradas todas as ações em todas as esferas judiciais. Por enquanto, o levantamento abrange apenas as grandes questões que chegam aos tribunais superiores. “Tenho certeza de que, trabalhando na gestão do sistema, num futuro próximo teremos dados fidedignos do nosso desempenho”, assinala Jucá.



### Os números de 2013/2014

Procuradores – 2.098  
Servidores – 1.333  
Unidades – 118  
Processos em tramitação  
6.887.837

### CARF (2013)

A atuação da PGFN resultou em aproximadamente R\$ 17,1 bilhões em lançamentos integralmente mantidos e R\$ 32,8 bilhões em lançamentos parcialmente mantidos.

### Tribunais Superiores (2013)

As vitórias da PGFN, apenas em relação às ações que discutiram a correção monetária das demonstrações financeiras – IRPJ das empresas brasileiras com coligadas e controladas no exterior e a inclusão da CSLL na apuração da base de cálculo do IRPJ e da própria CSLL, acarretaram uma economia de mais de R\$ 51,42 bilhões.

### Depósitos Judiciais (2013)

Nos processos judiciais sob acompanhamento da PGFN em que se discutem créditos não inscritos em DAU, foram realizados depósitos cujos valores atingiram o montante de R\$ 11.281.564.031,33.

## RETORNO À SOCIEDADE E AO ESTADO

Considerando-se o valor total arrecadado, que efetivamente ingressou nos cofres da União, e a despesa realizada pela PGFN em 2013, conclui-se que, para cada R\$ 1,00 (um real) alocado no órgão, suas atividades retornaram à sociedade e ao Estado, aproximadamente, R\$ 20,96 – considerando-se apenas os valores de arrecadação.

Quando se acrescem à arrecadação da Dívida Ativa da União os valores das vitórias judiciais e extrajudiciais da PGFN, que refletem a manutenção do fluxo de arrecadação da União, observa-se que a atuação da PGFN resultou em um retorno, direto (arrecadação) e indireto (economia), de R\$ 298,21 para cada R\$ 1,00 de despesa realizada em razão de suas atividades.

Além disso, as expressivas vitórias na atuação judicial e extrajudicial também evidenciam o esforço para recuperar e defender o crédito público, na busca pela justiça fiscal e cumprimento da ordem jurídica.



## Carreira de apoio, novo concurso e distribuição de vagas

A *Revista Justiça Fiscal* aproveitou para questionar o diretor de Gestão Corporativa da PGFN sobre outras questões de grande interesse dos PFNs, como a criação da carreira de apoio. Segundo Luiz Fernando Jucá, a medida está em estudo tanto na própria Procuradoria como nos demais órgãos intervenientes. “É uma questão mais política que técnica e não há como fazer uma previsão para isso”, afirma.

Sobre o próximo concurso para Procurador da Fazenda Nacional, o diretor informa que a PGFN já fez a solicitação, reforçada pela AGU, e o governo ainda não fechou a proposta orçamentária do próximo ano, que é exclusivamente do Ministério da Fazenda.

### Vagas

Está em andamento um

novo estudo de distribuição das vagas de PFNs pelas projeções do país. Esse estudo está sendo feito com a participação de todas as unidades regionais para definir os critérios de lotação.

A respeito da Escola da AGU, Luiz Fernando Jucá esclarece que o órgão conta com orçamento próprio para capacitação. Segundo ele, existe um plano de capacitação que é a diretriz do que será feito com a verba de qualificação. “Temos o curso de gestão e administração pública com a Fundação Getúlio Vargas, com duração de um ano e meio. Estamos na nona turma e já participaram mais de 300 Procuradores”. Além disso, esclarece Jucá, todas as reuniões promovidas pela PGFN com os Procuradores são eventos de capacitação. ■

## Processo de Mandado de Segurança



De autoria do Procurador da Fazenda Nacional Ronaldo Campos e Silva, a obra alia profundidade acadêmica e praticidade, sendo útil tanto para aquele que deseja realizar estudos aprofundados sobre o tema, como para quem deseja se preparar para os diversos concursos públicos na área jurídica. A Editora é a Impetus.

Atualizado com a jurisprudência mais recente dos tribunais superiores, o leitor encontrará neste livro uma importante fonte de auxílio, já que aborda todos os principais assuntos e polêmicas acerca do mandado de segurança.

Em linguagem didática e objetiva, os temas são tratados com base em vasta pesquisa realizada pelo autor no âmbito do programa de pós-graduação *stricto sensu* da UERJ. A obra ainda oferece, em anexo, um quadro comparativo das quatro principais leis que regeram o mandado de segurança durante toda a sua história.

## Cotidiano

"Publicar um livro é quase tão difícil quanto fazê-lo", ensina o Procurador da Fazenda Nacional aposentado Ivo Hene Fernandes Bechara. Mas não há dificuldade que não possa ser superada, como provou o Colega ao lançar em 23 de maio último, no Rio de Janeiro, seu primeiro livro – *Cotidiano* – pela Editora Ibis Libris.

Ivo Bechara nasceu no Rio de Janeiro em 1950 e formou-se em economia e direito pela UERJ. Casado, pai de filhos gêmeos, aposentou-se em 2010 da Advocacia-Geral da União, tendo trabalhado antes no Banerj, Banco do Brasil, Banco Central e Comissão de Valores Imobiliários.

Interessado em poesia desde a adolescência, colaborou com revistas especializadas em palavras cruzadas e enigmas em versos e com o jornal *O Globo*. Escreveu os primeiros poemas a partir de 1974, fru-



to da observação do cotidiano. Mais recentemente, em visão mais amadurecida, revisita temas anteriores e trata de novos assuntos da realidade atual.

## Tratado de Direito Constitucional Constituição, Política e Sociedade

As interseções entre Direito, Moral e Política perseguem os estudos de cada um dos autores desta publicação – o Procurador da Fazenda Nacional Daniel Giotti de Paula e o professor Felipe Asensi. Quem pensa o direito não se desvencilha dessas questões, tanto que o livro contém entrevista com o Relator da Constituinte de 1988, Professor Bernardo Cabral, mostrando toda essa carga axiológica

existente na Constituição em seu estado bruto, enquanto pedra a ser polida.

O Procurador da Fazenda Daniel Giotti de Paula é doutorando em finanças públicas, tributação e desenvolvimento pela UERJ; mestre em teoria do Estado e direito constitucional pela PUC-Rio; professor convidado do MBA em direito tributário da FGV-Rio e coordenador acadêmico do Instituto Thêmis de Ensino Jurídico.



*«É como se não importasse  
o quanto você trabalhou e contribuiu.  
A Previdência Social continua  
sugando o seu sangue.»*

# PEC 555

Pelo fim da contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões de servidores públicos.

A matéria está pronta para votação na Câmara Federal. Por isso, o SINPROFAZ conclama cada servidor público, em atividade ou aposentado, e todas as entidades representativas de servidores públicos do Brasil para reforçar a pressão junto aos parlamentares no Congresso Nacional.

Juntos, vamos corrigir essa injustiça.



Sindicato Nacional  
dos Procuradores da Fazenda Nacional



# Sonegadores e Corruptos

comemoram o sucateamento da AGU e PGFN



Enquanto uma minoria poderosa sonega  
mais de 400 bilhões por ano,  
você paga uma das maiores cargas tributárias do mundo.

saiba mais em **SONEGÔMETRO.com**



Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional